

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA INDUSTRIAL**

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA:
UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA**

THIAGO PERIARD DO AMARAL

**Florianópolis
2007**

THIAGO PERIARD DO AMARAL

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA:
UMA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Economia do
Programa de Pós-graduação em Economia da
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).**

Orientador: Prof. Dr. João Rogério Sanson

**Florianópolis
2007**

Formação Econômica de Santa Catarina: Uma Abordagem Institucionalista

Thiago Periard do Amaral

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Economia (Área de Concentração: Economia Industrial e aprovada, na sua forma final, pelo programa de Pós-graduação da UFSC.

**Prof. Dr. Roberto Meurer
Coordenador do Curso**

**Prof. Dr. João Rogério Sanson (Orientador)
PPGE/UFSC**

**Prof. Dr. Cláudio Shikida (Membro)
IBMEC/MG**

**Prof. Dr. Louis Westphal (Membro)
PPGE/UFSC**

Agradecimentos

À minha mãe, a pessoa mais importante do mundo.

À Paty pela distância e carinho.

À minha vó, meu pai, e Zé Oscar pelo apoio em todos os meus projetos.

Aos amigos: Vitinho, Renato, Luiz, João e Feli que levo de Santa Catarina para a vida.

À UFSC e em especial Evelise.

Ao caríssimo professor Sanson.

Resumo

Este trabalho visa compreender a formação econômica de Santa Catarina sob uma abordagem institucionalista, destacando também as dotações de fatores do estado. Desta forma buscou-se fazer uma interpretação complementar às apresentadas pela maioria das correntes que explicam o caso de desenvolvimento econômico catarinense. Para atingir este objetivo fez-se uma revisão dos principais avanços da teoria institucionalista desde o conceito de custos de transação de Coase, passando pela interpretação histórica de Douglass North e terminando com os incrementos da teoria das dotações de fatores que ajudam a entender como fatores locais como a geografia e a mão-de-obra determinam o caminho seguido pelas decisões econômicas. Além da exposição dos principais conceitos teóricos da abordagem institucionalista o trabalho apresenta e discute as principais correntes teóricas que se propõem a explicar a formação econômica de Santa Catarina. Estas correntes foram divididas no trabalho em três grupos: os schumpeterianos, que atribuem grande importância ao papel do imigrante no sucesso das primeiras manufaturas; os cepalinos, que enfatizam a dependência do estado no comércio desvantajoso com os estados do sudeste brasileiro; e a hipótese de crescimento articulado, que busca entender a formação econômica catarinense como um processo inserido no contexto nacional e, portanto, condicionado e interligado a este. Além da apresentação destas correntes o trabalho busca qualificar as interpretações com argumentos apresentados pela teoria institucionalista e das dotações de fatores. Com isto o trabalho propõe uma nova abordagem para o entendimento das dinâmicas que acabaram por favorecer o aparecimento de núcleos industriais no nordeste do estado, enquanto no planalto se pode observar uma elevada especialização na produção de produtos agrícolas. Dentre os pontos que se tentou explorar pode se destacar a importância das dotações geográficas para a constituição de atividades econômicas mais ou menos concentradas ao longo das regiões do estado. Ainda se pode acrescentar a importância das instituições políticas estarem interessadas em resguardar um bom ambiente de negócios, como foi o caso da política republicana no estado na época de sua formação. A partir desta ótica também se pode observar como o sistema de transporte e as instituições de créditos de adaptaram às condições institucionais do estado que favoreciam determinado tipo de orientação conforme as possibilidades econômicas de cada região do estado. Portanto, espera-se acrescentar à discussão sobre formação econômica de Santa Catarina elementos para que trabalhos seguintes aprofundem as questões referentes a cada um destes pontos que a teoria institucionalista propõe para o entendimento deste processo histórico.

Palavras Chaves: Institucionalismo, Dotações de fatores, Formação econômica, Santa Catarina.

Abstract

The purpose of this work is to understand the economic formation of the Santa Catarina state in Brazil from the institutionalist viewpoint, at the same time emphasizing the state's endowment factors. Thus it tries to build an additional interpretation to most of the current literature on this question. In order to attain this objective, a review of the developments of the institutionalist theory is initially made, starting with the Coasean transaction cost concepts, going through Douglass North's interpretation of history, and ending with the idea of factor endowments, which helps to understand how local factors such as geography and labor force constrain the economic decisions. Besides, this work presents and discusses the main current hypotheses on the economic formation of Santa Catarina. They were divided into three groups: Schumpeterians, who give a greater role for the immigrant, for the success of the first manufacturing enterprises; the Cepalians, who emphasize the state dependence on a disadvantageous trade with the southeastern states; and the hypothesis of the joint growth, which sees the economic formation of the state in the national context, thus conditioned and connected to it. Departing from the institutionalist theory, qualified by factor endowments, this work proposes a new hypothesis to explain the emergence of a manufacturing nucleus in the northeastern region of the state, in contrast to the plateau region where a high specialization in agricultural production occurred. Among the issues that were explored thereupon, there is the importance of the geographical endowments for the more or less concentrated localization of economic activities in the regions of the state. Another issue is the importance of the political institutions that were favorable to a good social context for business activities, as it did in the early years of republican policies in the Santa Catarina state. From the same viewpoint, it can be seen that the transportation infrastructure and the credit institutions adjusted to the institutional conditions of the state, which were favorable to specific lines according to the economic possibilities of each region of the state. Therefore, it is hoped that this work may significantly add to the literature on the economic formation of the Santa Catarina state, specially by raising new questions for research.

Key words: institutionalism, factor endowments, economic formation, Santa Catarina state

Lista de Mapas

Mapa 1 – Migração predominante nas regiões de Santa Catarina (a partir do séc XVII até início do séc. XX)-----	43
Mapa 2 – Divisão básica do relevo catarinense -----	55
Mapa 3 Principais estradas e portos de Santa Catarina nos anos 1910.-----	73

Sumário

1. Introdução -----	9
2. Referencial teórico: A teoria institucionalista e seus avanços recentes-----	16
A teoria dos custos de transação e o surgimento da NEI-----	16
Douglass North e as Instituições-----	20
A Teoria da Dotação de Fatores-----	26
3. As interpretações recentes sobre o desenvolvimento econômico catarinense-----	31
A visão Cepalina (Desenvolvimentista Conservadora)-----	32
A visão Schumpeteriana-----	38
Formação sócio-espacial e Crescimento articulado: a recente contribuição de Goularti Filho-----	44
4. As dotações de fatores em Santa Catarina-----	49
A definição dos direitos de propriedade -----	51
Estrutura Agrária -----	58
Apropriação dos resultados econômicos -----	63
Infra-estrutura econômica-----	68
A integração dos transportes-----	69
O surgimento do sistema financeiro-----	74
5. Considerações finais-----	78
6. Referências Bibliográficas-----	83

1. Introdução

A historiografia econômica tradicional vem tentando explicar o desenvolvimento econômico catarinense sob a ótica heterodoxa. Várias interpretações foram propostas para a explicação do fenômeno da formação econômica catarinense sob as mais variadas óticas, mas não são freqüentes as abordagens que utilizam um ponto de vista estritamente ortodoxo que leve em consideração as extensões das teorias neoclássicas para a compreensão e explicação do desenvolvimento de uma região dados os aspectos considerados relevantes pelos autores que vêm, a partir deste ponto de vista, contribuindo para a discussão do desenvolvimento econômico e as características que determinam o padrão de crescimento de determinado país ou região.

Este trabalho busca preencher esta lacuna ao propor uma interpretação que siga por um caminho analítico que privilegie a interpretação de que o desenvolvimento dos mercados é o que torna possível o desenvolvimento de uma sociedade e seu padrão de vida. Portanto buscar-se-á argumentar a favor da importância da constituição de mercados no início do processo histórico de formação econômica de Santa Catarina. Ao buscar fazer esta nova interpretação, tentar-se-á apresentar uma alternativa às interpretações anteriores que não se dedicavam à explicação teórica destes elementos. Por meio de uma análise histórica que buscará apresentar as principais características de cada região do estado tentar-se-á ressaltar os principais motivos que permitiram ou dificultaram o desenvolvimento dos mercados nas regiões do estado catarinense.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho possui outros três capítulos onde se buscará fazer esta interpretação da história catarinense sob o ponto de vista institucionalista. Para isso ele começará por tentar ressaltar os trabalhos dos principais autores que ajudaram a construir o arcabouço teórico da teoria institucionalista. Os avanços desta teoria será objeto do capítulo 2 e se tentará discutir sua evolução a partir dos fundamentos

lançados por Coase com a idéia sobre os custos transacionais. Além das idéias de Coase se discutirá as idéias de Williamson e os avanços apresentados pelo autor e uma nova corrente aberta no ramo da economia industrial conhecida por Nova Economia Institucional.

Ao apresentar a teoria institucionalista tentar-se-á focar na interpretação de Douglass North que foi o autor que mais se destacou ao tentar mostrar a relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico a partir da sugestão de que os diferentes padrões de desenvolvimento experimentados pelas colônias ibéricas e anglo-saxônicas podem ser explicados pelas diferenças de instituições que são marcantes entre esses dois tipos de colonização. As colônias inglesas da América do Norte tiveram instituições que propiciaram o desenvolvimento econômico galgado em regras que beneficiaram o desenvolvimento do mercado com baixos custos de transação, ou seja, baixos custos em se estimular a troca e as negociações comerciais dentro destas sociedades.

Os mercados financeiros foram desenvolvidos desde o início da colonização, assim como o comércio interno. Houve investimentos de infra-estrutura que permitiam uma maior interação dos agentes dentro desta mesma sociedade, assim como transportes que possibilitavam da mesma forma as trocas internas, para complementar houve uma regulamentação que favorecia a posse da terra pelas pessoas que estivessem dispostas a trabalhar para o desenvolvimento econômico da região, favorecendo a colonização voltada para o povoamento das novas colônias descobertas na América.

Por outro lado as colônias ibéricas, dentre as quais o Brasil, não tiveram a mesma constituição histórica que privilegiava as regras do jogo da mesma forma como nos vizinhos do norte. Aqui as regras não priorizavam o desenvolvimento do mercado por meio do aperfeiçoamento das relações internas, mas priorizavam o comércio internacional de matérias primas para o mercado europeu. A falta de instituições que privilegiavam o desenvolvimento de mecanismos que endogeneizassem as forças econômicas resultaram em sociedades que

eram acometidas por excesso de corrupção, falta de estímulos para os investimentos privados em infra-estrutura e capital social que resultaram em sociedades carentes de forças capazes de criarem mercados sadios que impulsionassem o desenvolvimento econômico de longo prazo da mesma forma como aconteceu nas regiões em que as instituições foram favoráveis a esse desenvolvimento.

Para se entender porque as instituições tendiam a evoluir em determinado sentido por fatores ambientais, foi apresentada por Sokoloff e Engerman a teoria das dotações de fatores que diz que existem fatores iniciais, dentre os quais são destacados, a mão-de-obra e as limitações geográficas (estas últimas recebem atenção especial para a determinação dos custos de oportunidade dos empreendimentos coloniais), de determinada colonização que influenciam o desenvolvimento econômico de forma a determinar o perfil da sociedade baseado nas possibilidades que a sociedade dispõe para seus empreendimentos ao longo de sua formação. Assim as condições iniciais e as soluções encontradas para a alocação dos recursos baseados nessa dotação de fatores iniciais seriam os verdadeiros responsáveis pelo padrão de desenvolvimento das instituições que acabaria por influenciar o desenvolvimento econômico de acordo com o defendido por North.

No capítulo 3 buscar-se-á fazer uma breve revisão sobre os principais autores que escreveram recentemente sobre o processo de formação econômica de Santa Catarina. Como foi ressaltado, as interpretações desses autores não podem ser classificadas como ortodoxas e, portanto a visão apresentada neste trabalho pode contribuir para acrescentar novos pontos que não haviam sido discutidos por estes autores.

A divisão teórica será a adotada por Goularti Filho (2002) que será a referência principal do capítulo. Segundo a divisão do autor os principais autores podem ser classificados segundo três correntes principais: desenvolvimentista conservadora, schumpeteriana e crescimento articulado, defendida pelo próprio autor. Quanto à primeira

buscar-se-á mostrar a visão defendida pelos autores que afirmam haver um grau de dependência entre a economia estadual e a nacional que impediu o desenvolvimento econômico do estado devido esta relação dependente. Com os argumentos da teoria institucionalista buscar-se-á mostrar que a relação econômica de Santa Catarina com o resto do país era positiva e proporcionou a abertura de “janelas de oportunidade” para que o estado iniciasse seu processo de industrialização concomitante às principais regiões do país.

Quanto à segunda teoria, denominada schumpeteriana, buscar-se-á apresentar os argumentos utilizados pelos autores desta corrente que defendem o papel crucial do colono alemão e italiano para o sucesso de algumas colônias ao se industrializarem. Esta relevância pode ser discutida sobre o ponto de vista institucionalista por não expandir a análise para fatores que ajudem a entender as razões que tornaram possível o sucesso do imigrante, ao contrário das causas inversas defendidas pelos schumpeterianos, que o imigrante permitiu o sucesso das regiões.

Em relação à terceira teoria, defendida por Goularti Filho, com o nome de desenvolvimento articulado, o autor defende que o desenvolvimento estadual se deu de forma complementar ao do resto do Brasil e por isto se deve buscar entender o desenvolvimento de Santa Catarina articulado ao processo de desenvolvimento nacional. O autor acrescenta que as condições do estado para se articular com o processo nacional tiveram facilitadores em suas dotações geográficas, ou formação sócio-espacial, que permitiu o caso específico de desenvolvimento experimentado pelas colônias de imigrantes não-lusitanos. A partir desta sugestão de que os fatores sociais e espaciais eram relevantes para se entender o processo de formação econômica de Santa Catarina, buscar-se-á entender a influência destes fatores dotacionais como forma de complementar esta corrente com informações mais específicas sobre as conseqüências das dotações no desenvolvimento institucional.

No capítulo 4 se tentará aplicar ao caso catarinense as possibilidades teóricas permitidas pela teoria institucionalista e das dotações de fatores de maneira a se tentar explicar como as dotações geográficas e de qualificação de mão-de-obra foram importantes na evolução das instituições em Santa Catarina. Na primeira seção deste capítulo tentar-se-á ressaltar a formação geográfica do estado de modo a salientar a importância que a diversidade teve ao imprimir ritmos bastante diferentes e com bastante singularidade no desenvolvimento econômico pelas principais regiões.

A maneira como esta dotação de fatores influenciou a evolução das instituições no estado serão objetos de análise da segunda seção do capítulo que buscará apresentar a configuração da distribuição da propriedade de terra como reflexo das dotações que impuseram determinadas dinâmicas a cada região devido à facilidade de cada uma em utilizar suas possibilidades para a exploração de monoculturas ou atividades mais diversificadas. Também se irão procurar as possíveis influências do governo estadual para garantir um ambiente de negócios favoráveis aos investimentos dos empresários. Essa relação será abordada de forma direta através dos relatórios dos governadores de província para buscar indícios de um possível viés de investimentos favoráveis às colônias de imigração não-lusitana.

Na última seção do capítulo 4 tentar-se-á mostrar como o desenvolvimento institucional das diversas regiões do estado resultaram em arranjos diferentes de organização econômica. Nas regiões mais propícias ao surgimento de instituições mais voltadas para o mercado, dado a pouca utilização possível para o sistema de monocultura exportadora, o sistema financeiro e suas instituições evoluíram de forma mais pujante que em regiões mais propícias à monocultura. A integração dos transportes também parece receber influências das decisões políticas que visavam incentivar a colonização principalmente do vale do Itajaí. Buscar-se-á argumentar como a integração dos transportes na região visou facilitar o acesso

aos mercados preferenciais de cada região funcionando de forma a acentuar a integração e a complementaridade da economia catarinense com o resto do Brasil.

Desta forma procurar-se-á apresentar uma visão alternativa as visões teóricas de algumas interpretações para a explicação do desenvolvimento de Santa Catarina e, sobretudo acrescentar novos argumentos à favor da formação sócio-espacial específica experimentada pelo estado em seu caso peculiar de conciliar três regiões distintas com diferentes possibilidades de implementação de negócios e por isso se pode verificar a diversidade catarinense da indústria do vale do Itajaí ao agronegócio com forte presença no oeste do estado.

Hipótese:

Partir-se-á da idéia que as bases institucionais e técnicas influenciaram o desenvolvimento econômico catarinense de forma particular. Embora pertença ao mesmo padrão encontrado no resto do Brasil por estar inserida nesse contexto, a economia catarinense apresenta peculiaridades na dotação inicial de fatores que a diferencia das outras regiões do Brasil. A dotação inicial (entendida principalmente como a geografia local) teve importância fundamental para a constituição da formação econômica que se seguiu e, portanto, acrescentar esses fatores à discussão, possibilitaria um avanço na compreensão do desenvolvimento econômico estadual sob uma nova ótica que pode ajudar a entender as especificidades desse caso.

Objetivos:

Tem-se por objetivo principal fazer o levantamento das características institucionais que moldaram o desenvolvimento catarinense nos rumos tomados desde o início de sua industrialização. Para que se tenha um levantamento das instituições relevantes ao caso catarinense procurar-se-á fazer uma revisão teórica dos autores que propuseram esse novo

enfoque para a explicação da evolução da formação econômica das colônias. Podendo-se destacar os autores da Nova Economia Institucional, dentre eles Douglass North, com suas explicações sobre como diferentes instituições desenvolvidas nos âmbitos das diferentes colônias resultaram em padrões distintos de desenvolvimento; e Sokoloff e Engerman com a teoria das dotações de fatores que reflete sobre os aspectos iniciais da colonização como determinantes do desenvolvimento posterior nos diferentes tipos de colônias.

Além de usar as hipóteses de North e das dotações de fatores para entender o caso catarinense de desenvolvimento econômico tem-se como objetivos secundários ponderar as explicações utilizadas pelas outras escolas para o desenvolvimento catarinense com a ótica institucionalista, acrescentando-lhes elementos que complementem suas análises, ou refutando suas hipóteses de acordo com a relevância dos aspectos institucionais na formação do Estado catarinense.

2. A Teoria Institucionalista e seus avanços recentes

Para que se entenda o processo histórico de desenvolvimento de uma sociedade é extremamente importante que se amplie a análise para todos os fatores que possam de qualquer forma influenciar no desencadeamento dos fatos que levaram a um resultado final. A ciência econômica por meio da teoria das instituições vem tentando agregar à análise histórica do capitalismo fatores que possam ajudar a entender porque determinadas regiões tiveram êxito na implantação de um sistema de mercado e outras não conseguiram aproveitar as benesses desse sistema.

Para responder a esta pergunta a ciência econômica dispõe da teoria institucionalista que começou com Coase e sua teoria sobre custos de transação. Williamson utilizou este aparato para descrever a importância das instituições na evolução do processo produtivo das firmas. As idéias de Coase e Williamson serão discutidas na seção 2.1. Douglass North, também aproveitando a teoria dos custos de transação, prosseguiu na tentativa de fazer um referencial teórico que permitisse a análise das instituições e o entendimento das relações destas com o desenvolvimento econômico. A teoria de North será objeto da segunda seção deste capítulo. Apesar dos avanços de North, a teoria institucionalista não parou e permanece em evolução com os acréscimos de teorias como as de Sokoloff e Engerman, conhecida como teoria das dotações de fatores, que será o objeto de estudo da terceira seção na tentativa de tentar esclarecer um pouco mais os resultados destas teorias e as reflexões de seus principais seus autores.

2.1 A teoria dos custos de transação e o surgimento da NEI

Durante muitos anos a teoria econômica dita ortodoxa focou suas atenções sobre os ajustes marginais que eram necessários para se operar num equilíbrio de mercado,

desprezando fatores que não estavam estritamente ligados ao cálculo custo - benefício marginal. Pode-se creditar a essa modelagem simplificadora a quantidade acumulada de críticas quanto aos resultados dessa corrente; pois não considerava (segundo os críticos) fatores importantes para a configuração das decisões econômicas como a tecnologia, a interação entre os agentes, os riscos e custos advindos da falta de informações etc. Portanto a teoria marginalista era incapaz de descrever situações mais ambiciosas que levassem em conta mudanças sociais mais profundas do que os *trade-offs* técnicos com que se deparavam as firmas e os consumidores em suas alocações ótimas de produção e consumo.

O primeiro passo na adoção de novas hipóteses mais abrangentes foi dado por Coase (1937) que apresentou trabalho seminal sobre os custos transacionais. Segundo Coase (1937, p.2), para as firmas utilizarem o mercado elas incorrem em custos. Esses custos são decorrentes da dificuldade das firmas em obter preços conhecidos no mercado e pela própria existência da necessidade de formalização contratual da negociação. Ou seja, os custos de negociar no mercado e fazer com que a negociação seja legalmente válida implica em custos que muitas vezes não são compensados pelos ganhos desta negociação. Desta forma Coase (1937) abre uma nova interpretação para a teoria neoclássica ao incorporar em sua análise a incerteza.

Coase (1937, p. 1) aponta duas relações decorrentes da inclusão da observação dos custos transacionais para os modelos de organização industrial e desenvolvimento econômico: Primeiro ele aponta o fato da própria firma ser resultado da existência de custos transacionais que incentivem a criação de sistemas organizados sob supervisão ao invés da opção de compra no mercado das etapas de produção anteriores ou posteriores à da própria firma. Portanto a organização industrial dos mercados irá variar de acordo com o grau de custos transacionais desse mercado. Quanto maiores os custos maiores serão o incentivo das firmas a produzirem internamente, ao contrário elas tenderão a “terceirizar” ao mercado suas etapas de

produção que não sejam de seu “núcleo-duro”. O segundo ponto quanto ao desenvolvimento econômico em Coase (1937) é que quanto maiores forem os custos transacionais, menor será a eficiência de mercado, desta forma menores serão as possibilidades das regiões com instituições com altos custos de transação.

Coase (1937, p.14) relaciona os custos transacionais com o desenvolvimento econômico por meio da evolução das instituições. Portanto, os custos transacionais são influenciados diretamente pela situação institucional de um mercado. Se as instituições não garantirem o cumprimento das negociações a tendência é que o mercado não se desenvolva com tanta pujança como em outros lugares onde as instituições garantam o cumprimento dos contratos diminuindo o risco de negociação.

A partir das observações deste autor se conseguiu avançar no entendimento de como a sociedade aloca seus recursos levando em consideração a inclusão de uma nova variável que adicionava maior poder de descrição ao modelo marginalista. Douglass North (1993) é um dos principais autores a explorarem essa relação entre custos transacionais e desenvolvimento econômico, e será objeto de mais detalhamento na seção 2.2. Oliver Williamson (1985) é outro pesquisador que seguiu as idéias de Coase para uma aplicação dos custos transacionais para a explicação da estrutura de um mercado. Esta vertente da teoria dos custos de transação ficou conhecida como Nova Economia Institucional (NEI), que tenta agregar as observações de Coase à explicação mais refinada de como os custos *ex-post* à transação podem influenciar a organização industrial de um mercado e desta forma alterar os excedentes possíveis para consumidores e firmas.

Segundo Williamson (1985, p. 18) as firmas podem alterar suas produções de acordo com o que elas esperam do ambiente externo que é de grande incerteza. Num ambiente onde as firmas não possuem garantias quanto ao cumprimento de contratos é natural, segundo o autor, que elas optem por elas mesmas produzirem suas necessidades sem recorrer ao

inseguro mercado. Por outro lado, se a probabilidade de sucesso de um negócio feito no mercado for alta, é natural que a firma prefira buscar neste mercado suas demandas do que tentar resolver sozinha seus problemas. Ou seja, se os custos de transação forem altos, não compensa para a firma fazer essa transação sendo melhor para ela tentar produzir internamente, desincentivando desta maneira as trocas e o comércio. Se os custos transacionais forem menores do que os custos de se produzir internamente, ter-se-á os incentivos para se buscar as trocas no mercado aumentando desta maneira as possibilidades de ganhos advindos do comércio.

Fica clara nesta abordagem a preocupação de tentar explicar não mais o ponto onde haveria um *clearing* deste mercado, mas sim uma explicação mais abrangente que busca o entendimento dos fatores que resultariam em equilíbrios com maior ou menor volumes negociados. Dessa forma fica evidente o passo dado na teoria neoclássica que além de encontrar pontos onde o mercado estaria operando em seu máximo possível agora poderia sugerir como aumentar este ponto de máximo de acordo com a idéia de que quanto mais segura for uma negociação no mercado, menores serão seus custos transacionais e, portanto maiores serão os volumes negociados que por sua vez refletirão em maior capacidade produtiva.

No entanto a idéia de segurança no mercado não se resume a apenas os custos administrativos de um contrato, podendo ser estendida para a compreensão de todo o aparato institucional que envolve esse mercado. Esse por sua vez, define os custos transacionais da economia. Nesse sentido é que se pode entender a teoria de Coase como o pilar da Nova Economia Institucional, pois ela permite avançar na compreensão do fenômeno econômico agregando a discussão sobre como o ambiente de incertezas que cercam as firmas influencia na decisão dessas mesmas firmas, resultando num sistema de causa e consequência que não havia sido explorado pela teoria econômica até então.

A partir da idéia de Williamson que os custos transacionais interferem nas quantidades negociadas nos mercados, pode se pensar que como os custos transacionais têm importância sobre o bem estar da população e os custos transacionais estão intimamente ligados às instituições que garantem bons resultados aos mercados, estas instituições são o que determina de forma indireta o bem estar da população através de seu acesso a bens e serviços.

As instituições ganham dessa forma uma abordagem que insere no contexto econômico a observação de fatores mais amplos. O peso histórico ganha relevância na análise econômica com uma abordagem que tenta identificar a influência do meio sobre as relações econômicas, identificando o meio como um aparato institucional mais ou menos adaptado para buscar mais eficiência nas relações de mercado. Neste sentido Douglass North (1993, p.4 et seq.) utiliza da teoria de Coase assim como Williamson, porém com um enfoque diferenciado por tratar da evolução histórica e suas relações com as instituições. Este enfoque permite uma avaliação das relações descritas por Coase de maneira a tentar comparar a *performance* econômica entre regiões com base na evolução das instituições.

2.2 Douglass North e as Instituições:

North e Thomas (1978) introduziram as instituições ao debate econômico e desta forma conseguiram ampliar o foco de análise da teoria neoclássica acrescentando fatores que ajudavam a explicar como um mercado eficiente e dinâmico propiciava melhores condições de vida às pessoas. Essa visão oferece uma nova possibilidade de se questionar os condicionantes do desenvolvimento econômico de longo prazo e como as sociedades devem agir para buscar instituições que favoreçam esse desenvolvimento dando soluções teóricas positivas e normativas.

Sobre o aspecto positivo de suas afirmações pode-se dizer que a inclusão das instituições no hall de fatores relevantes para o entendimento do desenvolvimento econômico permitiu uma nova forma de encarar a discussão sobre os benefícios do mercado como forma de promover eficiência e esta por sua vez crescimento econômico que é indispensável para se obter altas taxas de desenvolvimento social. Do lado das recomendações políticas pode-se deduzir que a garantia de contratos e instituições que preservem boas relações de mercado são fundamentais para o desenvolvimento no longo prazo, desta forma a garantia de eficiência deve ser o objetivo das sociedades se estas desejam se desenvolver.

Em seu principal trabalho, North e Thomas (1978, p.5) partem justamente desta questão normativa para a discussão da relevância das instituições, para se entender o desenvolvimento das sociedades. Eles tentam responder a seguinte pergunta: quais os determinantes básicos deste fenômeno único que é a afluência do mundo Ocidental? Para tanto, eles respondem que a eficiência econômica dos mercados é o fator principal a ser causa deste processo. Conforme os autores estudados: a razão do desempenho do mundo Ocidental é que “a organização econômica eficiente constitui a chave para o crescimento. A organização eficiente implica o estabelecimento de arranjos institucionais e direitos de propriedade que criam um incentivo para canalizar o esforço econômico individual para atividades que aproximam as taxas privadas e sociais de retorno” (NORTH e THOMAS, 1978, p.5).

North e Thomas (1978) invertem o ângulo de observação da questão do crescimento econômico ao colocarem a questão de ser a eficiência do mercado o principal fator para o desenvolvimento. Eles afirmam que a inovação, educação, acumulo de capital etc. não eram causas do crescimento, eles eram, em si, o crescimento. Ou seja, são esses fatores que revelam a capacidade da economia de crescer mas a verdadeira causa é a inclinação da economia para busca por eficiência.

North (1993, p.9) se detém então na exploração das instituições como o fator que pode ajudar a explicar a inclinação da sociedade para a busca por mais eficiência econômica. Para North as instituições fazem o papel de amarras do sistema econômico. Quanto mais sólidas (entenda-se, voltadas para o mercado) as instituições, maiores serão as possibilidades de crescimento de longo prazo da economia. Quanto menos orientada a busca por eficiência maiores serão as dificuldades desta sociedade desenvolver padrões de crescimento sustentável.

Essa tendência ou não das instituições serem guiadas para maior ou menor grau de interação comercial é resultado de fatores que vão desde códigos individuais de conduta comportamental e moral (a cultura de forma geral deve ser considerada uma instituição) aos mais específicos cálculos de custos com possíveis retaliações a condutas anti-sociais como as impostas pelo Estado por meio de seu aparato jurídico. Do ponto de vista econômico a garantia de apropriação de resultados, ou seja, a garantia formal dos direitos de propriedade dos contratos que de forma aproximada deve ser entendida como os custos transacionais são as mais importantes instituições econômicas reveladoras do padrão de crescimento das variadas regiões.

North (1993, p.24), diz que as instituições podem ser entendidas como as “regras do jogo” em uma sociedade. Com isso quer dizer que as instituições são as maneiras pelas quais as pessoas de determinada região se organizam e comerciam entre si. O que é válido ou não neste jogo é determinado pela interação das organizações que participam do jogo, entre elas as firmas e agências governamentais, partidos políticos e entidades sociais como as igrejas. Estes são os jogadores, segundo o autor.

Para North os empresários tendem a se especializarem em produtos com altas taxas de retorno. Portanto ao surgirem possibilidades de lucro os empresários tenderão a investir naquelas atividades. Com isso haverá uma mudança de padrão de exploração desta nova

atividade que irá requerer mudanças institucionais, motivadas pelos interesses das organizações envolvidas. No processo político irá então se decidir sobre os custos e benefícios das externalidades provocadas pelo acesso às novas interações comerciais. Do resultado deste embate entre forças políticas sobre os ganhos e custos deste mercado irão se desenvolver as instituições econômicas mais ou menos voltadas para a eficiência do mercado, e, portanto, para um maior ou menor nível produtivo.

North (1993, p.6) faz uma exposição da realidade de seus conceitos sobre instituição argumentando que se pode auferir os resultados de sua teoria com a observação dos casos históricos de desenvolvimento no Novo Mundo. Com a descoberta da América se viu dois tipos de desenvolvimento de longo prazo surgirem. O primeiro, o caso de colonização anglo-saxônica, e o segundo o autor engloba numa mesma análise os países de colonização ibérica.

Para North (1993) a história das colônias anglo-saxônicas revelaram um desenvolvimento institucional que evoluiu devido aos aspectos históricos de sua metrópole (Inglaterra) que emergiu de uma situação onde o governo transformou-se numa burocracia cuja principal tarefa era controlar e regular a economia, de modo a aumentar a produção e extração do excedente. Tal tarefa foi mal sucedida, e assim o financiamento da Guerra dos Cem anos deu origem a sucessivas crises fiscais que induziam a Coroa a aumentar ainda mais a pressão sobre os súditos. Estes reagiram através da oposição do Parlamento, que se manifestava em duas frentes. Em uma, lutava por estabelecer direitos de propriedade mais seguros e, em outra, por estabelecer direitos civis que permitissem aos parlamentares escapar da ira real.

A vitória do Parlamento induziu um amplo processo de mudança institucional, o qual como mencionado definiu as bases de uma matriz institucional que favorecia o aparecimento de instituições e organizações que só poderiam nascer e crescer em um ambiente em que os direitos de propriedade estivessem plenamente assegurados. À criação do Banco da Inglaterra

em 1694, refletindo os retornos crescentes propiciados pela nova matriz institucional, seguiu-se o desenvolvimento de uma série de novos instrumentos financeiros que reduziram expressivamente os custos de transação e colocaram à disposição do Estado um volume sem precedentes de fundos para financiamento da guerra em curso contra a França. É possível argumentar que a vitória inglesa não teria sido possível sem isso, o que teria impedido que a Inglaterra emergisse como principal potência mundial após a segunda vitória contra a França em 1714 (NORTH, 1993, p.5).

A estrutura de governança que configurou-se nos países ibéricos para financiar os custos militares foi completamente distinta. Se na Inglaterra a matriz institucional – ao proteger os direitos de propriedade - incentivava a inovação tecnológica e a acumulação de capital, o afluxo de riqueza proveniente do novo mundo abriu uma outra possibilidade. Ao invés de negociar, os reis optaram por manter e mesmo ampliar seu poder – o que não deixa de ser compreensível do ponto de vista dos detentores do poder – criando enormes e custosas burocracias para assegurar a manutenção dos fluxos de riqueza. Em Portugal, o Marquês de Pombal teria reinado como um virtual ditador entre 1755 e 1777, colocando o comércio colonial sob o controle estrito da burocracia real (NORTH, 1993, p.15).

Para North (1993), como a divergência de trajetórias institucionais nas metrópoles teria influenciado as colônias? A América inglesa formou-se exatamente quando o conflito entre a monarquia e o Parlamento estava no auge. Os rendimentos crescentes gerados e a adaptação dos modelos mentais favoreciam ambas as coisas: a formação de instituições semelhantes às inglesas, principalmente às relacionadas às garantias do direito de propriedade, e o predomínio do controle local sobre o central, o que, entre outras conseqüências, permitiu um grau de liberdade econômica que nunca remotamente tiveram as colônias latino-americanas.

Nestas últimas, formadas quando nas metrópoles o rei recuperava seu poder após os descobrimentos, perpetuaram-se as características associadas à estrutura de governança burocrática adotada por Portugal e Espanha para administrar seus impérios coloniais: personalismo nas relações econômicas e políticas, regulação estatal, direitos de propriedade mal definidos e nem sempre adequadamente defendidos pelo Estado, e outras que ao invés de estimular restringem a atividade econômica. O resultado em termos de desempenho econômico desse tipo de evolução institucional é que a matriz institucional dos países latino-americanos irá favorecer o desenvolvimento de organizações *rent-seeker* e desestimular organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia (NORTH, 1993).

Destarte, North acrescenta todo este aparato teórico brevemente discutido de forma a acrescentar essa discussão da relevância das instituições no desenvolvimento econômico regional como uma coisa localizada e atada a um *path dependence* que impõe sua dinâmica à sociedade. Assim, o passado histórico e por conseqüência o estado atual de eficiência das instituições estão determinando de forma incisiva o futuro de uma sociedade. Tal passo permitiu um novo *approach* no modo de se trabalhar com hipóteses e sub-hipóteses que tentem explicar a economia de determinada região. Sem essa análise conforme proposta por North é de se esperar que os resultados não contemplem plenamente o fenômeno social que esta por trás das instituições e suas interações.

No entanto, apesar do enorme passo dado por North (1993, p. 25) o próprio autor considera que o assunto não foi esgotado e que todas as respostas que sempre intrigaram os economistas quanto os desequilíbrios regionais não foram encerradas. Ao contrário, North só sugere uma via a ser explorada com a intuição por trás da importância das instituições e seu papel no desenvolvimento das sociedades. Para tanto, outros trabalhos como Sokoloff e Engerman (1997) estão avançando em suas observações e buscando respostas a partir deste referencial.

2.3 A Teoria da Dotação de Fatores:

Conforme discutido, Douglass North avançou em diversos pontos na teoria neoclássica para a explicação do desenvolvimento econômico. Deste ambiente institucional, podem-se desenvolver sociedades com maior dinâmica interna e maior capacidade de auferir resultados positivos dada a maior capacidade de apropriação destes resultados.

Essa visão das instituições anglo-saxônicas como determinante do desenvolvimento norte-americano não resiste aos fatos se comparamos outros países de colonização inglesa e que não se transformaram em potências industriais como as colônias ao norte de Chesapeake Bay. Um exemplo é a Jamaica, pois apesar de sua colonização britânica ainda hoje é um dos países mais pobres do continente.

Para ampliar as idéias de North trazendo à discussão os fatores que estariam configurando as instituições (principalmente o que levava a maior tendência às soluções de mercado) que haviam sido exploradas pelo autor, novos trabalhos vieram à tona para tentar qualificar as afirmações da teoria institucionalista. Dentre as principais colaborações podem-se citar as feitas por Sokoloff e Engerman (1997) que sugeriram que poderia haver certo grau de condições iniciais em determinadas regiões que acabariam por marcar por séculos a trajetória de determinada região. A essas condições iniciais os autores deram o nome de dotação de fatores (*Factor Endowments*)¹ e acrescentaram que estes fatores são fundamentais na constituição do ambiente econômico – social e portanto são os limitadores da evolução institucional conforme descrito por North.

Sokoloff e Engerman (1997) definem como dotação de fatores: terra, mão-de-obra e outros recursos. Porém sua análise foca sobre a determinação dos fatores de cunho geográfico na limitação das evoluções das instituições. Poderia se argumentar que os autores estão

¹ “[A]s dotações de fatores podem ser aproximadamente definidas como: terra, trabalho, clima e outros recursos, também suas peculiaridades e circunstâncias idiossincráticas que definam a região” (SOKOLOFF e ENGERMAN, 1997, p. 263)

sugerindo certo grau de determinismo geográfico já que as condições iniciais seriam condicionantes para o processo futuro. Ao contrário, os autores estão querendo dizer que o fator geográfico também deve ser levado em consideração junto com todos os fatores que levaram a uma colonização de determinado padrão.

Assim como North, Sokoloff e Engerman (2000, p. 221) tentam classificar tipos de colônias para mostrar como a dotação de fatores inicial promoveu um *path dependence* distinto em cada região e por isso a existência de tamanho desequilíbrio nas Américas. Para tanto eles as dividiram em 3 grupos distintos que possuíam diferentes dotações de fatores: no primeiro grupo eles separaram colônias que tenderam (devido a suas dotações iniciais) a trazer taxas de retorno mais elevadas para a exploração de metais preciosos, como Bolívia e México; no segundo colônias onde a maior rentabilidade era advinda da instalação de *plantations*; e por ultimo colônias com dotações que favoreciam - por ser mais barato dado as dotações geográficas daquela região - o povoamento e reconstrução de relações trazidas da Europa.

Nos séculos XVII e XVIII os dois primeiros tipos de colônia sobressaíam frente ao terceiro grupo pois era muito mais vantajoso para as empreitadas coloniais a exploração de imensas terras agriculturáveis no sistema mercantilista que havia sido desenvolvido. O uso de escravos e a concentração de terras tornavam o empreendimento mais rentável dadas as condições de exploração que se abriram com a descoberta do novo mundo.

No entanto este sistema de exploração com grandes propriedades e uso de mão de obra escrava resultou em uma grande iniquidade. Esta iniquidade permitiu que pequenos grupos de pessoas tivessem poder político desproporcional e desta forma as instituições foram se desenvolvendo e beneficiando somente a um pequeno grupo que deteve a capacidade de impor à sociedade altos custos em favor da diminuição de suas perdas. O caso brasileiro pode ser entendido sob esta ótica, pois a estrutura desigual da sociedade fez com que um pequeno

grupo de senhores de engenho (ou outros monopólios estatais) se destacassem desproporcionalmente na sociedade, na maioria de escravos, refletindo em um arranjo institucional costurado para manter e reproduzir esse tipo de sistema que beneficiava quem detinha o poder e, portanto detinha a maior capacidade de ofertar mudanças.

Ainda de acordo com os autores o terceiro grupo é o grupo onde pode ser encaixado principalmente as treze colônias inglesas da América do Norte. Neste tipo de sociedade as relações foram voltadas para o crescimento das relações internas e da reprodução da vida que existia na Europa. Por causa da dotação inicial de fatores, ou seja, o tipo de terreno e clima pouco favoráveis à monocultura de exportação, não era rentável a exploração daquelas colônias para o sistema de pacto colonial de *plantations*. O que era mais rentável naquelas condições era a tentativa de mimetização das condições européias no novo mundo. Isso levou ao pouco uso de mão de obra escrava, sendo a grande maioria da mão-de-obra advinda de imigrantes interessados na recriação de suas terras natais. Este fator inicial permitiu uma diferenciação do modelo sul-americano ao não se estabelecerem na região grandes propriedades agrícolas, sendo constante nos Estados Unidos e Canadá a presença da pequena propriedade rural excluída do sistema agro-exportador.

No início de sua trajetória esses fatores foram impeditivos de uma maior exploração e, portanto, uma intensificação das instituições mercantilistas no mercado norte americano. Essa falta de condições iniciais para exploração de resultados baseados na grande propriedade e trabalho escravo levaram a uma situação em que estes países foram durante os séculos iniciais de suas histórias mais atrasados do que os concorrentes da América Latina. No entanto com o passar do tempo estes países dispuseram de condições mais favoráveis ao crescimento de longo prazo, pois suas instituições estavam ligadas às possibilidades de se tentar maior endogeneização de seus resultados e não preocupadas com sua inserção no mercado internacional de commodities.

A dificuldade em ingressar no comércio internacional, que num primeiro momento atrapalhou o desenvolvimento inicial daquelas colônias permitiu mais tarde que aquelas instituições voltadas para a dinâmica interna recobrassem seu valor permitindo um ambiente muito mais seguro e atrativo para o crescimento econômico, pois como estava preocupado com seus interesses internos permitiu que as instituições se desenvolvessem de maneira a intensificar estas trocas no mercado interno criando um alto nível de sinergia nas relações dessas colônias.

Portanto Sokoloff e Engerman (2000) ajudam desta foram a esclarecer como o papel das instituições - ressaltando que estas evoluem devido às condições “ambientais” dentre as principais, terreno e clima - é importante para definir o padrão de crescimento de uma sociedade no longo prazo: a distribuição de riquezas, o estabelecimento de preços relativos (é mais barato investir em capital ou mão-de-obra), a política (os interesses que estão sendo priorizados), os direitos de propriedade, o sistema financeiro e de impostos e outros elementos que definem as relações intra-sociais são os responsáveis por nos mostrar como essa sociedade evoluiu e quais são as condições e caminhos necessários para que o desenvolvimento se dê de forma mais ou menos intensa.

Desta forma se procurou discutir os principais aspectos relevantes da teoria institucionalista e suas implicações sobre como se avalia o desenvolvimento de longo prazo de determinada região, com isso espera-se que se tenha alcançado uma maior clareza ao se entender a importância de fatores tais como a educação, a política, o sistema financeiro e educacional para a constituição de uma sociedade mais ou menos justa e dinâmica. Neste sentido pode-se dizer que as instituições são condicionadas pelo perfil de uma região ou sociedade e que esta só pode ser completamente entendida a partir do momento que se faz uma avaliação destes fatores sobre os impactos de longo prazo causados por eles. Estes fatores de longo prazo estão relacionados com as condições locais de determinado sistema

econômico. Ou seja, cada lugar tenderá a desenvolver instituições e sistemas econômicos moldados às suas condições físicas de produtividade, levando-se em conta tipo de solo, clima etc. Quanto maior for o incentivo desta dotação de fatores no sentido de punir a exclusão do comércio, maiores serão as chances de sucesso dos empresários em manter seus investimentos devido à tendência das instituições baixarem custos transacionais e desta maneira incentivar o desenvolvimento econômico.

Por isso buscar-se-á acrescentar esses fatores brevemente discutidos nesses capítulos numa análise mais ampla sobre a formação econômica de Santa Catarina, tentando desta forma avançar nas explicações antecedentes que muitas vezes desconsideraram esses fatores econômicos específicos. No próximo capítulo tentar-se-á fazer uma revisão dos principais autores que discorrem sobre a formação econômica catarinense e desta forma resgatar suas idéias para a explicação do caso catarinense e como esta idéia poderia ser revista por uma análise institucionalista e mais especificamente sob a ótica da dotação de fatores.

3. As interpretações recentes sobre o desenvolvimento econômico catarinense

O desenvolvimento econômico catarinense foi discutido por uma ampla gama de autores que não utilizaram uma mesma abordagem teórica, resultando em variadas interpretações para o mesmo fenômeno. Os principais trabalhos que tentam organizar essas interpretações começam por distingui-los entre os demais e tentam, cada um, ressaltar as principais conclusões obtidas pelos seus métodos.

Este capítulo tem como referência principal o trabalho de Goularti Filho (2002) que faz uma resenha dessas principais correntes dividindo-as em três categorias básicas além da inclusão de sua própria visão como complementar a essas três. O autor ressalta os trabalhos de Mamigonian (1965), Mattos (1968) e Hering (1987), dentre outros, como principais representantes dessas principais vertentes teóricas, além de acrescentar a sua própria hipótese como alternativa, ou complementar em alguns casos, a essas abordagens. Michels (1998) também parte desta tentativa de arregimentar sob uma mesma corrente teórica um grupo de autores que exploram a questão do desenvolvimento catarinense através de determinada ótica².

Neste capítulo ficar-se-á com a divisão de Goularti Filho, por se tratar do mais recente e mais ambicioso projeto de história econômica catarinense. Nele se basearão as discussões sobre as interpretações mais adotadas do desenvolvimento catarinense. A partir das observações do autor tentar-se-á fazer considerações do ponto de vista da teoria institucionalista, que de certa forma se complementam a discussão colocada nesta tentativa de divisão das abordagens sobre o desenvolvimento do Estado.

² Michels (1998) agrupa as teorias de desenvolvimento catarinense segundo a seguinte classificação: periféricos dos quais são representantes os trabalhos de Silva (1978) e CEAG/SC (1980); desenvolvimentistas que além de Mattos (1968) inclui Lago (1978); Schumpeterianos que inclui além dos principais trabalhos destacados por Goularti Filho, Vieira Filho (1986); e “outras contribuições” denominadas não rotuladas dentre as quais se pode destacar a de Mamigonian (1965), Castro (1980) e Singer (1977).

Na primeira seção do capítulo discutir-se-á as idéias de Mattos (1968) e CEAG/SC (1980), que se utilizaram de uma visão Cepalina e Braudeliana para a explicação da formação econômica catarinense. Na segunda seção, a hipótese schumpeteriana cujas referências mais importantes são os trabalhos de Maria Luiza Renaux Hering (1987) e Ondina Bossle (1981), além da contribuição teórica de Idaulo Cunha (1982) serão revistas. Mamigonian também apresenta sua visão sócio-espacial para o fenômeno catarinense de desenvolvimento e é claramente defendido por Goularti Filho que acrescenta à discussão as hipóteses por ele denominadas crescimento articulado, que serão objetos da terceira seção. Das duas últimas tirar-se-á os principais argumentos para reforçar essas hipóteses com os argumentos da teoria institucional, dessa maneira acrescentando ao trabalho dos dois autores novos argumentos que complementam suas análises e ajudando a refutar as idéias contidas nas duas primeiras correntes que parecem hoje não serem condizentes com a realidade catarinense.

3.1 A visão Cepalina (Desenvolvimentista Conservadora)

Os estudos de Mattos (1968) e CEAG/SC (1980) têm por referencial teórico as idéias difundidas pela teoria da dependência mais tarde aprimoradas em recomendações de política econômica propagadas pela CEPAL (Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina). De forma geral essas idéias tinham por base a premissa de que a situação de sub-desenvolvimento dos países latino-americanos era decorrente da dependência comercial e financeira que estes tinham em relação às suas metrópoles políticas e/ou financeiras.

Segundo o estudo clássico de Caio Prado Júnior (1996) o Brasil não logrou um processo de desenvolvimento econômico vigoroso como o experimentado pelos Estados Unidos por não ter obtido sua independência financeira quando se deu seu processo de emancipação política. Segundo o autor o que o Brasil fez foi a mera troca informal de metrópole: da anterior dependência político-econômica de Portugal para, a partir de 1808 com

a abertura dos portos, à submissão econômica aos interesses da nova metrópole econômica que substituíra Portugal: Inglaterra.

Essa visão de que a submissão econômica à metrópole justifica o sub-desenvolvimento dos países latino-americanos foi utilizada em diversos estudos econômicos como maneira de atribuir a fatores externos nossa condição de atraso econômico. Para corroborar essa visão, a partir da década de 60 ganha força a interpretação também bastante conhecida de Raul Prebisch (1968) de que a dependência latino-americana se devia aos termos de troca deteriorados em favor dos países ricos que com isso impunham ganhos desiguais ao comércio com os países não-industrializados, dentre os quais os países latino-americanos.

A idéia cepalina então afirmava que os países de terceiro mundo eram sub-desenvolvidos porque suas exportações tinham baixo valor agregado enquanto os países de primeiro mundo (antigas metrópoles para Caio Prado) tinham exportações com elevado valor de troca o que resultava em ganhos desproporcionais. Os países de terceiro mundo ficavam então sempre em desvantagem em favor da produção de produtos mais sofisticados nos países desenvolvidos, ou seja, vendiam alimentos para comprar tecnologia, o que se revelava para os autores da CEPAL a causa da impossibilidade de crescimento; até que se forçasse através de investimentos estatais a industrialização e a mudança no perfil de produção dessas regiões sub-desenvolvidas, que por meio da industrialização estatal poderia concorrer com os produtos externos num processo de substituição de importações e teriam o decorrente desenvolvimento oriundo dessa substituição.

Esta visão estava ligada à idéia de autores keynesianos (no Brasil chamados de desenvolvimentistas) de que o Estado deveria intervir na economia de forma a superar este atraso tecnológico e desta forma recuperar os termos de troca para poder se desenvolver e competir com os países desenvolvidos. A implementação dessa idéia no Brasil esteve ligada ao Processo de Substituição de Importações (PSI) que objetivava superar o sub-

desenvolvimento com o voluntarismo estatal em investir em mercados onde a oferta privada era insuficiente ou inexistente. Para tal tarefa os governos a partir da década de 50 e 60 entram numa ciranda de endividamento com vistas ao PSI com investimentos pesados na infra-estrutura econômica e setores de indústria pesada típicos da segunda revolução industrial.

Em Santa Catarina essa fase de desenvolvimentismo teve ampla importância na transformação do padrão de desenvolvimento do Estado assim como em todo o Brasil, que se tornou um país urbano e industrializado (embora que ainda não tenha completado o processo definitivamente houve uma ruptura e um salto em relação ao modelo agro exportador adotado até a década de 30). Foi durante o PSI que as principais indústrias dinâmicas, tais como metal-mecânica e cerâmicas, se instalaram e se consolidaram no cenário estadual³. Mesmo o setor agrário do Oeste do Estado se aproveitou do surto industrial para buscar sua consolidação no mercado nacional e internacional com o fortalecimento de empresas da região como Sadia e Perdigão que se tornaram grandes *players* do mercado nesse período.

Por ter sido diretamente beneficiado com essa visão é claro que o governo estadual e por conseguinte as pesquisas vinculadas ao caso catarinense fossem enviesadas em superestimar o que diziam os estudos cepalinos e desenvolvimentistas devido ao grande impacto dessas idéias sobre o aporte de recursos canalizados para a modernização e intensificação do capitalismo também no Estado catarinense.

Fernando Mattos (1968) e CEAG (1980) partem de premissas parecidas que invocam as utilizadas pela CEPAL com análises braudelianas e marxistas que parecem destinadas mais a corroborar uma visão normativa sobre o desenvolvimento econômico catarinense do que levantar os reais fatores e causas numa explicação positiva daquele processo. Desta forma Mattos conclui:

³ (MATTOS, 1968, cap.3).

“O Estado de Santa Catarina deve fazer o máximo possível para expandir a sua produção manufatureira com vistas a obter melhores benefícios nas relações de troca com os demais estados federativos.” (1968, p. 29)

Ambos os estudos partem do princípio de que a economia catarinense seria uma espécie de periferia da economia central brasileira que estava sendo representada por São Paulo, pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul. Assim como na teoria de centro-periferia de Braudel o Estado catarinense estava em uma situação de desvantagem em relação aos outros estados do “centro” pois a economia catarinense era uma produtora de produtos agrícolas e importava manufaturados de São Paulo, tendo como consequência deste esquema de dependência da economia catarinense o sub-desenvolvimento e a incapacidade de inserção da economia estadual no cenário nacional.

“À periferia cabe fornecer ao centro matéria-prima... No caso específico do Brasil, o eixo Rio - São Paulo formariam o centro satelitizando a periferia interna. (são) casos concretos (de exploração do centro) Blumenau e Joinville” (CEAG, 1980, p. 23,24).

Esta visão é aceitável se se pensar que os maiores interessados em defendê-la estavam intimamente ligados aos aspectos práticos que poderiam decorrer de sua aceitação. Ao se aceitar que Santa Catarina era um estado periférico e portanto deveria ter aportes estatais que financiassem seus investimentos em infra-estrutura estava se aceitando a idéia de que a dependência somente seria superada com a presença de um forte estado keynesiano a lhe incentivar. Desta forma os dois principais representantes dessa visão estão tentando defender o maior investimento na indústria catarinense, o que é natural quando se está fazendo um trabalho com o objetivo de servir de base para novos rumos no investimento estatal, como era o caso do estudo realizado pela CEAG (1980, p. 17) Ou se tentasse convencer a opinião publica de que as idéias de um plano de metas eram justificáveis para a superação da

dependência como é sugerido por Mattos (1968, p. 11) que era secretário de governo de Nereu Ramos, governador que adotou o plano de metas nos moldes desenvolvimentista no Estado.

Portanto essa visão não poderia explicar totalmente a realidade, visto que dela se quer extrair uma visão ideológica que visa legitimar um processo maior de intervenção estatal com base nas justificativas dessas teorias encontradas em Caio Prado Jr. ou na CEPAL.

Haber e Klein (1997, p. 246), tentam discutir a teoria da dependência sob a ótica institucional, afirmam que a dependência brasileira em relação à Inglaterra já vinha sendo intensificada desde o tratado de Methuen e devido a condições internas não foi possível ao Brasil aproveitar seu processo de independência para alavancar seu desenvolvimento econômico. Aliado ao fato do processo de independência brasileiro não ter representado nenhuma mudança profunda na organização social do país Haber e Klein (1997) argumentam que a teoria da dependência não é justificada devido ao pequeno impacto das mudanças estruturais provocadas pela independência. Segundo os autores a preferência comercial com a Inglaterra não resultava de em uma amarra para a decisão de políticas internas e poucas foram tomadas após a independência, resultando que a independência se não foi capaz de promover o desenvolvimento brasileiro também não modificou bruscamente nenhuma instituição da economia o que resultou na permanência do Brasil nos mesmos padrões da época de colônia.

Para Haber e Klein (1997) os argumentos da teoria da dependência não são válidos para explicar o atraso brasileiro, mas sim o déficit das instituições nacionais em promoverem o crescimento interno e uma estrutura social mais justa. Para os autores o ambiente pouco atrativo para a realização de investimento foi o que tornou o passo do país mais lento dificultando o salto para a revolução industrial. Segundo os autores os principais fatores que impediram a indústria têxtil se instalar com a mesma rapidez que a observada nas colônias da América do Norte foram os elevados custos transacionais que podiam ser identificados sobre

a insegurança nos transportes e nos empréstimos de capitais, além da imobilidade do capital dada a falta de instituições avançadas de *funding*⁴.

Desta forma a teoria institucionalista ajuda a avançar sobre a visão dos autores desenvolvimentistas ao procurar explicações para o atraso ou avanço de determinadas regiões devido ao grau de desenvolvimento das instituições votadas para o mercado. Santa Catarina teve um desenvolvimento bem peculiar e por isto se deu a tamanha diversidade de padrões encontrados no Estado. Uma das características é o nível de inserção do Estado na economia nacional e não se pode dizer que todo o Estado a tenha feito em mesmo grau, pois devido à dotação de fatores cada região tinha maior ou menor tendência a inter-ligação com o sudeste brasileiro.

Segundo a teoria institucionalista não se pode considerar Santa Catarina como periferia, pois a mesma está inserida no contexto institucional brasileiro e muitas das relações entre o estado e o resto do país eram marcadas pela complementaridade. Inclusive grande parte da região oeste foi colonizada com intenção de integração e expansão da fronteira agrícola brasileira. Portanto o que de fato revela o desenvolvimento são fatores maiores do que a mera relação dos termos de troca do comércio catarinense com o resto do Brasil.

Assim como o Brasil teve problemas internos, principalmente no avanço de instituições financeiras de crédito, que impediram seu desenvolvimento, Santa Catarina também teve uma conjunção de fatores que levaram ao desencadeamento de fatos tal como ocorrido. Porém a extrapolação para a visão dependista não resiste à análise mais apurada quanto à inserção catarinense na economia nacional, que mostra que o estado não era uma entidade separada da nação brasileira e sim parte integrante do mesmo sistema no qual estava inserido São Paulo e todos os demais estados brasileiros.

⁴ Haber e Klein (1997, p. 254).

A visão institucionalista desta forma inverte o foco de análise proposto pelos desenvolvimentistas. Enquanto estes buscam causas externas de difícil averiguação empírica Haber e Klein buscam razões internas para a trajetória de determinado sistema, destacando a facilidade que os empresários tinham para financiar seus investimentos e por conseguinte promoverem a industrialização. É pouco provável que somente as causas apontadas pelos autores retratados nesta seção sejam capazes de explicar a diversidade econômica e social observada no estado já que ele estaria condicionado pela sua subordinação em relação a São Paulo. Ao contrário, espera-se que ao se incluir as observações das dotações internas de fatores, e como estas determinaram o desenvolvimento de instituições de mercado, se possa explicar porque Santa Catarina teve sua trajetória de inserção peculiar na economia nacional.

3.2 A visão Schumpeteriana:

Outra visão bastante difundida sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico em Santa Catarina está relacionada com o papel que o imigrante europeu não-lusitano⁵ desempenhou nesse processo. Além do papel do imigrante como um todo há o destaque especial aos imigrantes que obtiveram sucesso em relação aos outros e que se consolidaram como industriais de empresas que com o passar dos anos detiveram cada vez maior participação no mercado nacional.

Bossle está entre os defensores dessa visão quando afirma que:

“(…) é de consenso geral entre os autores catarinenses que a inovação empresarial, segundo a teoria de Schumpeter, ligada a outros fatores de maior importância, promoveu a industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, neste caso, esteve representado pela mentalidade dos alemães, através de sua experiência e know-how que, transferidos e postos em prática, abriram espaço ao descobrimento e criação de novos mercados, em função do desenvolvimento capitalista”. (Bossle 1981, p. 35)

⁵ Trabalhos como CEAG (1980) e Bossle (1981) tratam a imigração como alemã, outros como Goularti (2002) se referem à imigração européia. Como a imigração não foi exclusivamente alemã e as primeiras imigrações portuguesas também eram européias, optou-se por chama-las de imigração não-lusitana por se referir de forma mais abrangente aos colonos predominantemente de partes da Europa à leste dos Pirineus.

Essa visão é reforçada por Hering (1987) que destaca não só o know-how dos imigrantes como foi destacado no parágrafo acima por Bossle. Além de defender essa superioridade da mão-de-obra, Hering (1987, p. 13) se detém em fatores específicos de cada família de sucesso no processo de industrialização para - ao analisar o caso de cada família - inter-relacionar com o desempenho do Estado como um todo.

A autora ainda admite que devem existir condicionantes à ação individual de cada empresário ou empreendedor sem, contudo, se deter na explicação desses condicionantes para tentar obter a partir dos casos descritos uma imagem do que teria acontecido no sistema econômico catarinense de forma geral. (HERING, 1987, p. 24)

Para caracterizar este ambiente condicionante da atividade empresarial dos imigrantes, Hering (1987, p. 20) parte do princípio de que a colonização catarinense proporcionou um ambiente fechado onde as trocas e as poupanças tendiam a ocorrer internamente. Essa internalização devida à presença de pequenas propriedades de terra e da imigração alemã foi fundamental para a formação de poupança e capital no interior das colônias o que seria posteriormente reutilizado na própria colônia por meio do investimento de alguns visionários, que, por não terem onde aplicar seu capital intensificaram o emprego dele dentro de sua produção.

Essa situação pode parecer com a idéia de North de que condições internas de utilização de capital em expansão de mercados foram o que definiu o padrão de desenvolvimento de longo prazo. Outra característica que pode remeter, mesmo que não precisamente, às conclusões de North é a idéia da condição básica desempenhada pela cultura saxônica (que o autor reconhece como instituição importante, porém não é o foco de sua explicação econômica) permitia a acumulação de capital pelo fato da poupança ser vista como um ato de agrado a Deus, esta a visão defendida por Weber (1995).

Essas duas idéias estão presentes na obra de Hering, no entanto as conclusões de seu livro não passam pelo questionamento e aprofundamento dessas questões por que a autora resolve relegar estes motivos a um mero fundamento para o verdadeiro motivo por trás da dinâmica industrial que começava a se formar: Para a autora o que realmente define o processo de desenvolvimento é a presença de empresários inovadores e visionários que ao investirem suas poupanças novamente na dinâmica interna das colônias aumentavam a produtividade de suas empresas e, por conseguinte, de todo o estado. (HERING, 1987, 1ª parte)

Devido à influência de grande importância relegada ao papel do empresário inovador essa visão ganhou o nome de interpretação schumpeteriana, pois assim como na obra Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter (1911), está realçada a importância fundamental desse aspecto microeconômico na consolidação de um processo de desenvolvimento. No entanto Schumpeter não afirma que somente este fator era necessário para que ocorresse o desenvolvimento de determinada região.

Ao contrário, o famoso economista dizia que o empresário era parte de um processo maior que era o processo da inovação tecnológica e não o único fator responsável por mudanças tão profundas na sociedade como as deixadas por um processo de industrialização. Para Schumpeter um empresário só pode ser inovador quando as condições sociais, institucionais e financeiras permitem a externalização de seu dinamismo - Estas idéias indo de encontro com muitas das conclusões da teoria institucionalista - Portanto para Schumpeter, assim como para os institucionalistas, a presença de empresários inovadores é condicionada pelo ambiente externo, e não o contrário como parece exposto na obra de Hering e Bossle.

Para as autoras o empresário inovador (destacando a posição das famílias Renaux, Gerbruder e Hering e Lages) justifica o surgimento de um ambiente que foi positivo para a indústria catarinense, e não o contrário, como tenderia a argumentar o institucionalismo e o

próprio Schumpeter. Portanto chamar de schumpeteriana a visão difundida pelas autoras parece um erro pelo fato da análise ser contrária ao discutido nas idéias do autor a quem elas recorrem sem a devida utilização do marco teórico levantado pelo seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (SCHUMPETER, 1942).

Segundo a teoria institucionalista de North o papel do empresário tem grande importância na configuração das instituições de determinada região. Portanto uma revisão poderia traçar paralelos entre a visão dos schumpeterianos catarinenses com a teoria institucionalista. Hering não segue este caminho que poderia tentar traçar a importância dos empresários discutidos pela autora na tentativa de fazer “lobby” junto as organizações governamentais em favor das atividades econômicas por eles desempenhadas. Ou seja, de acordo com North, quanto eles conseguiram defender seus direitos de propriedade por meio de leis que assegurassem seus resultados econômicos por meio de pressões políticas junto ao governo estadual.

Apesar de não explicar o desenvolvimento catarinense os livros de Hering e Bossle permanecem como boa fonte de pesquisa para o que se convencionou chamar de história da vida privada. Por serem de três das mais importantes famílias empresariais do Estado as autoras servem o leitor com uma ampla gama de referências e “estórias” que somente alguém tão íntimo dos acontecimentos poderia revelar. Esses fatos históricos privados ajudam não a entender o processo como um todo, mas sim a colocar luz sobre a dinâmica da vida no início das colônias, donde se podem tirar muitos aspectos mais amplos que ajudarão a entender a formação econômica do estado sob uma ótica com foco mais aberto para incluir na análise fatores que causaram a presença de empresários que surgiram como consequência desse processo inovativo e institucional em moldes mais amplos como foi discutido por Schumpeter e pelos autores da teoria institucionalista.

Outro trabalho com papel destacado sobre a visão Schumpeteriana é Idaulo Cunha (1982). Além de corroborar com a hipótese do papel do empresário de descendência alemã no desenvolvimento local ele tenta traçar um retrospecto das influências destes empresários ao longo da colonização. Dividindo a colonização em fases, o autor tenta demonstrar como a influência da leva de imigrantes desencadeou outros aspectos de desenvolvimento social e econômico.

Para o autor (apud Goularti Filho, 2002, p.60) a primeira leva de imigrantes, basicamente de origem portuguesa ou açoriana, instalaram-se no litoral e estavam fortemente atrelados à atividade extrativista de monocultura ou pesca. Como era um “empreendimento” da metrópole não havia possibilidades de surgimento de empresários locais. No entanto com a vinda dos imigrantes germânicos a partir de 1810 começa uma nova fase de acumulação de capital para o Estado. De 1810 à 1847 começam a surgir os primeiros núcleos de colonização, que no entanto não obtêm o mesmo bom resultado que os núcleos surgidos numa segunda fase posterior à 1847.

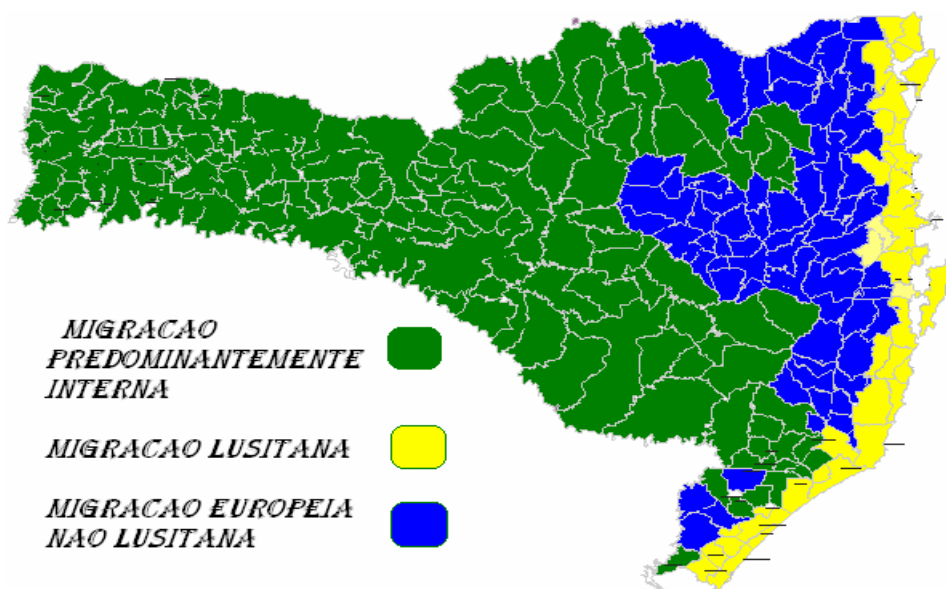
Desta primeira fase é representante São Pedro de Alcântara, que segundo o autor não obteve o mesmo sucesso que as colônias posteriores Blumenau e Brusque, porque além de terem terras muito ruins para a agricultura havia a forte presença de militares na tentativa de aliar as colônias com a expansão da segurança das fronteiras. Desta forma procura destacar o papel importantíssimo do empresário alemão para o sucesso da colônia. Esta visão não é referendada por hipóteses mais atuais que utilizam o instrumental da teoria institucionalista e da teoria da dotação de fatores. Segundo Wilhelm e Sanson (2002) o fracasso de São Pedro de Alcântara pode estar muito mais relacionado com a rápida inserção da colônia na economia do litoral do que na “contaminação” da colônia por práticas culturais portuguesas.

Portanto as duas fases de colonização contrastam e oferecem um exemplo que, segundo a visão das dotações de fatores, pode contradizer o que os próprios autores desta

corrente defendem. Não parece que a cultura tem isoladamente um papel tão preponderante assim, segundo a visão das dotações de fatores a rentabilidade dos negócios possíveis à colônia determinariam a possibilidade de sucesso dos imigrantes com determinada cultura e não os imigrantes de cultura germânica teriam sucesso pois detinham uma cultura avançada comparada à adotada pela população lusitana estabelecida no litoral.

No entanto Cunha ajuda a compreender o sentido desta migração ao tentar explicar os caminhos dos imigrantes nas colônias e os sucessos de algumas empreitadas e principalmente ao estabelecer uma separação historiográfica útil ao entendimento dos diversos fluxos migratórios. Goularti Filho (2002, p. 61) discute a importância da divisão feita por Cunha por ressaltar as duas “ondas” distintas de colonização não-lusitana. A primeira não é marcada segundo Goularti por uma mudança qualitativa da produção estadual ao passo que a partir de 1880 há uma nova dimensão produtiva a ser explorada com a chegada dos mestres tecelões do leste europeu principalmente. Essas ondas migratórias podem ser resumidas de forma generalizada no mapa 1 seguinte:

**Mapa 1 – Migração predominante nas regiões de Santa Catarina
(a partir do séc XVII até início do séc. XX)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de CEAG (1982, p. 74).

Segundo a dotação de fatores, conforme será apresentado no próximo capítulo, ambos casos podem ser interpretados como decorrência de desenvolvimentos distintos devido as condições geográficas, que moldaram o avanço de certos incentivos jurídicos e econômicos de organização da produção. A primeira fase migratória, segundo esta visão, pode não ter o mesmo sucesso da segunda devido aos aparatos minimizadores de custos nestas regiões da primeira leva serem fortemente complementares com os observados no litoral que por sua vez não apresentava grande possibilidade de sinergia e intensificação de mercado interno e externo.

3.3 Formação sócio-espacial e Crescimento articulado: a contribuição de Goularti Filho.

A última tentativa de formalização do estudo do desenvolvimento econômico catarinense foi empreendida por Goularti Filho em seu livro Formação Econômica de Santa Catarina (2002). Neste trabalho o autor tenta uma explicação de fôlego com o objetivo de abarcar a história catarinense desde 1880 (quando a região pode vir a ser entendida como um todo, devido às soluções para as questões fronteiriças) até o liberalismo iniciado na década de 1990.

Com a tentativa de produzir uma só obra que servisse de apoio para a compreensão da história catarinense o autor parte da tentativa de criticar os trabalhos anteriores para, a partir da contraposição dos erros das interpretações clássicas do desenvolvimento catarinense, sugerir uma nova leitura que pudesse substituir as versões anteriores e ser adotada inclusive como livro-texto básico para a discussão do fenômeno de desenvolvimento econômico observado no estado.

Essa nova interpretação ganha o nome de “crescimento articulado” e é defendida por Goularti Filho (2002, p.44) como uma maneira de agregar numa só hipótese os acontecimentos internos que levaram às especificidades do caso catarinense como também os

fatos da economia nacional que serviriam de pano de fundo para que se conhecesse a real trajetória da formação econômica de Santa Catarina.

Essa nova versão para o desenvolvimento catarinense começa por ressaltar a importância da teoria, segundo o autor, relegada a um segundo plano pelos que autores que haviam estudado sobre as causas da formação econômica de Santa Catarina. Essa escola é batizada por ele como formação sócio-espacial e tem como representante o autor Armen Mamigonian (1965).

Segundo Goularti Filho (2002, p.35), Mamigonian não recebeu a devida atenção ao destacar que fatores sócio-espaciais foram fundamentais para que o caso catarinense contivesse suas especificidades e que deveria por isso ser considerado como um caso único, sujeito a um modo de produção, uma formação social e espacial peculiares. Essas peculiaridades foram exploradas por Goularti Filho de forma a defender e acrescentar que o desenvolvimento catarinense seria um movimento único decorrente de suas próprias características espaciais e sociais. Desta forma indo ao encontro da idéia institucionalista de não relegar somente a fatores externos as causas do atual desenvolvimento econômico. No entanto o autor não se detém sobre as possíveis questões teóricas decorrentes desta interpretação e continua com sua interpretação de cunho mais abrangente, que não esquece de considerar como relevante o fator geográfico.

Para Mamigonian (apud Goularti Filho, 2002, p.36) o tipo de imigração e a presença de pequena produção mercantil propiciaram o nascimento de algumas indústrias e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo. Boa parte do excedente permaneceu em Blumenau e foi repartido entre os pequenos industriais e os pequenos comerciantes, possibilitando a constituição de uma base financeira indispensável ao início do movimento de industrialização no estado. O surgimento de vários pequenos comerciantes e industriais nas zonas de colonização européia engendrou uma

acumulação pulverizada e uma concorrência mais acirrada, permitindo a prosperidade de alguns capitalistas. Nesse universo de pequenos proprietários, começaram a surgir capitalistas que passam a liderar o processo de consolidação da indústria local.

Desta forma a interpretação de Mamigonian se diferencia das propostas pelas visões mais tradicionais deste fenômeno. Ela se contrapõe à visão Schumpeteriana ao afirmar que não foram os empresários blumenauenses que dinamizaram a região, e sim, a ótica inversa, de que como a região era mais favorável ao surgimento de um capitalismo nascente, como diria a teoria institucionalista, o ambiente socioeconômico permitiu o surgimento da classe de empresários que tiveram sucesso devido ao ambiente em que se encontravam e não o contrário como afirma Hering.

A inversão quanto ao tratamento dispensado ao empresariado de descendência européia vai de encontro com o que defende a teoria econômica institucionalista defendida por North e principalmente por Sokoloff e Engerman, que são incisivos em destacar a importância do ambiente para a constituição de um empresariado mais ou menos dinâmico e não o inverso, como se dá na interpretação schumpeteriana, que afirma que o empresário de origem européia é que foi capaz de diferenciar seu meio tornando-o mais propício ao sucesso econômico. Segundo a visão de Mamigonian, corroborada por Goularti Filho (2002, p.46) o meio catarinense foi quem permitiu que esse empresariado obtivesse relativo sucesso, e não o contrário, pois se os mesmos fossem tentar sua sorte em ambientes menos favorecidos poderiam ter variados graus de sucesso, o que não condiziria com a idéia de que a simples presença do imigrante é garantia de sucesso no processo de industrialização.

A idéia de crescimento articulado ganha outro argumento quando Goularti Filho acrescenta que a idéia de subordinação da economia catarinense frente ao resto do país conforme defendido pelos autores de visão desenvolvimentista, não resiste aos fatos quando melhor examinados.

A escola cepalina se fundava na idéia de que Santa Catarina era uma mera “colônia” em relação a sua “metrópole” São Paulo. Goularti Filho insiste em mostrar que havia de fato uma interdependência nas duas trajetórias e que essas não deviam ser examinadas em separado já que compõe o mesmo ambiente macroeconômico e social brasileiro.

O nome de sua própria interpretação está intimamente ligado ao fato do autor tentar desmontar essa visão com a argumentação de que o crescimento catarinense esteve articulado não só com suas próprias especificidades internas (baseadas nos pontos discutidos por Mamigonian) como também pela inserção externa da economia catarinense no ambiente doméstico brasileiro.

Sua argumentação parte dos argumentos de Cano (1990, p. 105) que mostram que cada estado teve seu tipo peculiar de inserção no mercado nacional a partir de suas condições internas, mas que de qualquer forma as relações nacionais não se faziam desprezíveis - de forma que é impossível se considerar o desenvolvimento de um estado sem considerar sua relação com a economia nacional. Por isso a economia catarinense não deve ser analisada sobre a ótica “centro-periferia”, pois a relação instituída era muito mais de complementaridade do que de exploração da economia catarinense.

Segundo Cano (1990, p. 109) Santa Catarina foi beneficiada pela complementaridade de sua economia com a economia paulista o que permitiu a intensificação da produção de produtos manufaturados no estado catarinense. Além das possibilidades abertas pela intensificação do capital paulista na produção de manufaturados catarinenses, o estado se beneficiou pelo aumento de demanda pelos produtos agrícolas do oeste do estado, o que permitiu uma inserção (nas palavras do autor) nova, por meio dos novos produtos industrializados que abriam suas possibilidades de produção em Santa Catarina, além da inserção antiga que permitia um aumento da exploração da fronteira agrícola no oeste.

Esse duplo beneficiamento do estado faz com que Goularti Filho (2002, p. 53) rejeite a hipótese cepalina ao mostrar que os ganhos superaram as perdas no processo de custos e benefícios decorrentes da maior inserção do estado na economia nacional. E que ele deveria levar ao entendimento destas questões nacionais quando se quiser compreender a trajetória do capitalismo no estado catarinense.

Para tanto, o autor acrescenta que a discussão sobre a formação econômica catarinense deve ser entendida a partir das múltiplas determinações das dinâmicas internas e externas, dentro do movimento geral da industrialização brasileira, e deve-se entender esse processo como um processo articulado com a situação do país além de considerar suas próprias especificidades internas.

Essa visão de que o processo deve ser entendido de forma articulada destacando-se fatores internos e externos que somados ajudam a clarear as observações sobre o processo inteiro do desenvolvimento será a base para a discussão do próximo capítulo onde se buscará compreender e lançar luzes sobre essas especificidades do caso catarinense.

Goularti Filho deu o primeiro passo para que se possa explorar a historia econômica catarinense sob uma ótica que permita agregar novas observações sobre os condicionantes desse processo, ao invés de que querer apoiar um ponto de vista ideológico, que serviria para se confirmar preconceitos (como no caso da visão Schumpeteriana) ou políticas econômicas específicas (no caso do desenvolvimentismo). Sobre esta idéia de crescimento articulado se acrescentará novos fatos que corroborem a visão dessa articulação do processo de desenvolvimento econômico catarinense aliado a explicações em linha com as idéias defendidas pelos institucionalistas que parecem complementar as conclusões de Goularti Filho e Mamigonian ao mostrar fatores internos que ajudaram a definir o padrão econômico social que certamente esteve relacionado com as instituições e estas com as dotações de fatores experimentados neste caso específico de desenvolvimento econômico.

4. As dotações de fatores no caso catarinense

No presente capítulo buscar-se-á compreender a evolução econômica de Santa Catarina sob a ótica institucionalista. Assim como destacado no primeiro capítulo a visão institucionalista leva em consideração todo o sistema na qual determinada colônia esta inserida não se esquecendo de influências históricas e culturais que determinam o resultado final de cada arranjo social.

Até hoje houveram poucas tentativas de se explicar o desenvolvimento de Santa Catarina sob esta ótica, podendo se destacar como trabalho exploratório inicial neste campo Lima (2003). Para tentar criar um novo elo entre as visões clássicas do desenvolvimento catarinense e a nova visão sobre o desenvolvimento econômico propõe-se compreender as dotações de fatores que estavam presentes na colonização do estado catarinense e com isso buscar uma análise que explique sob a luz das idéias institucionalistas como se desenvolveram no estado núcleos capitalistas aptos a sobreviver na concorrência nacional e internacional.

Para ajudar a entender como as instituições catarinenses moldaram a estrutura produtiva do estado é necessário que se revise a formação econômica nos primórdios da ocupação territorial estadual no final do século XIX. Nesta época uma série de fatores conjuntamente influenciaram os rumos que seriam seguidos dali em diante. A geografia da região, a presença de mão-de-obra diferenciada e recursos naturais específicos limitaram a evolução de cada região tentando maximizar o uso destas dotações disponíveis. Desta forma, a partir das limitações impostas pela dotação de fatores locais surge um aparato institucional que evolui da interação de diferentes grupos de pressão política na sociedade e resultam em aparatos que permitam manter constante a taxa de crescimento resultando em melhorias na

vida de grande parcela da população.⁶

Na primeira seção procurar-se-á entender qual foi a dotação de fatores inicial de Santa Catarina. Para isso se buscará compreender a importância de seu relevo e localização geográfica, assim como as características comuns de seus habitantes, portanto a qualificação de sua mão-de-obra. Nesta seção as dotações de fatores serão exploradas como uma maneira de demonstrar como as condições iniciais influenciaram o resultado futuro devido à idéia das instituições poderem ser compreendidas num processo evolucionário onde o ambiente conta para os resultados obtidos neste sistema.

A segunda seção procurará mostrar como a dotação inicial de fatores moldou o desenvolvimento de instituições catarinenses como previsto por esta teoria. Embora a influência não tenha sido homogênea pode-se compreender a partir da evolução histórica de cada região catarinense um determinado padrão que resultou em arranjos distintos de estrutura fundiária (4.2.1) e de influência política (4.2.2). Sobre o primeiro ponto a presença de pequenas propriedades de terra na região de migração não-lusitana ajuda a explicar o sucesso do surgimento de indústrias nesta região onde o ambiente institucional era mais favorável. Por outro lado o ambiente institucional favorável ao mercado passava pela garantia de direitos de propriedades e apropriação de resultados econômicos.

Na terceira seção procurar-se-á entender como a dotação de fatores inicial resultou em um ambiente institucional favorável ao surgimento de estruturas econômicas que ajudariam ao processo de retro-alimentação do ciclo virtuoso do processo de desenvolvimento econômico do estado. O surgimento de instituições bancárias e financeiras (4.3.1) e a integração dos transportes do estado (4.3.2) ao capitalismo nacional foram grandes fontes de dinâmica positiva para incentivar a indústria local.

⁶ Segundo Rosenberg e Birdzell (1986, cap. 1) quanto mais as instituições evoluírem para estimular o nível de trocas maior será o grau de sustentabilidade do crescimento de longo prazo. Ou seja quanto maior for o nível de pluralismo político e flexibilidade de interesses maiores serão as possibilidades de adaptação institucional às necessidades do desenvolvimento econômico.

Com esses fatos procura-se destacar fatores que podem ser explorados para a compreensão da história econômica de Santa Catarina, com ênfase em sua formação econômica e o início de sua industrialização que estiveram fortemente condicionados por fatores institucionais cuja evolução foi afetada pelos padrões de dotações de fatores iniciais de cada região do estado. A exploração deste tema pode abrir novas possibilidades de pesquisas na tentativa de conhecer melhor o processo histórico de formação de Santa Catarina sob uma ótica alternativa às tentativas empreendidas pelas correntes de pensamento tradicionais da historiografia catarinense.

4.1 As dotações de fatores em Santa Catarina

Santa Catarina não pode ser entendido como um todo até finais do século XIX. Por isso, tentativas de traçar limites históricos para essa análise não são necessárias ao se analisar como se sobrepuseram os diversos fluxos sociais que originaram o mesmo espaço⁷. Deve-se procurar entender que as origens do estado catarinense remontam à necessidade portuguesa de estabelecer colônias nas regiões mais austrais de suas posses estabelecidas pelo tratado de Tordesilhas. Santa Catarina ficava justamente no limite sul dessas posses e por isso o governo incentivou o estabelecimento de missões para a consolidação da propriedade das terras dessas regiões.

Como forma de incentivar a migração para a região foi explorado o litoral recortado de maneira que se criassem atividades de caça e de pesca marinha – destacando-se a caça à baleia – estabelecendo núcleos de colonização de imigrantes majoritariamente açorianos, para o estabelecimento de colônias como Laguna (limite das possessões no tratado de Tordesilhas) e Desterro (atual Florianópolis). Esses núcleos de colonização estavam desta forma inseridos

⁷ Goularti Filho (2002, p. 53) faz uma nova periodização que considera como marco inicial do estado catarinense a década de 1880, no entanto as delimitações temporais não são úteis ao se analisar as dotações de fatores que têm seus efeitos prolongados ao longo do tempo.

no pacto colonial (situação na qual cabia à colônia o papel de exportar *commodities* recebendo da metrópole os bens de consumo necessários para a empreitada), onde não passavam de postos avançados de exploração de oportunidades no novo mundo. Por isso a terra era extremamente concentrada nesses primeiros núcleos estabelecidos. Da mesma forma as relações comerciais não se aprofundavam devido à estrita submissão ao pacto colonial que impedia a produção de artigos manufaturados e não incentivavam a criação de estruturas mais complexas de interações.

Com atividades complementares num período posterior, o estado acrescenta uma nova fronteira de possibilidades de integração de novas terras e promove uma expansão do império português para oeste de seus limites iniciais. O Rio Grande do Sul foi fundamental nesta fase, pois o estado estava inserido no complexo mineiro por meio da utilização de seu planalto para servir de apoio ao empreendimento extrativista em Minas Gerais. Com a evolução da interiorização portuguesa nas terras brasileiras foi natural a expansão das possibilidades de ocupação com novas fronteiras agrícolas. Uma destas possibilidades era a zona de fronteira compreendida pelo oeste dos estados do sul. O Paraná pela proximidade com o oeste paulista pôde prematuramente sentir os efeitos da sinergia do vizinho. O Rio Grande do Sul já tinha a possibilidade de expandir suas criações de gado e muares e suas monoculturas para o norte buscando ficar mais próximo do mercado consumidor em expansão de São Paulo. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 77)

Santa Catarina entrou nesta oportunidade oferecendo suas vastas terras a oeste do estado. Que ainda estavam *sub-judice*⁸ para a definição sobre quem realmente era dono daquelas, então, longínquas fronteiras a serem exploradas. Para a ocupação desta região e a conseqüente apropriação da região aos limites brasileiros foi incentivada a construção da

⁸ As fronteiras da região oeste do estado catarinense ainda se encontravam em disputa com a Argentina, situação que só se resolveu com a definição da Questão das Palmas em 1895. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 69 – 70)

Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, de maneira a integrar o oeste catarinense e os pampas gaúchos de forma eficiente ao mercado mais dinâmico do país.

Para tanto foram estabelecidas missões militares e o incentivo à exploração de recursos naturais abundantes (madeiras) ou à integração ao sistema sul-rio-grandense de cultivo de erva mate. A terra permaneceu concentrada e de certa forma os objetivos não distanciavam daqueles dos primeiros núcleos colonizadores do estado: o que interessava era a manutenção da propriedade territorial e para tanto a estrutura que permitia uma exploração destes objetivos de forma mais racional e eficiente para estas metas era o sistema de grandes propriedades de terra, que era possível graças ao relevo plano e propício ao estabelecimento de monoculturas ou ainda a exploração de recursos naturais de forma predatória como havia sido feito no litoral.

Pouco tempo antes (a partir do início do séc. XIX) e concomitante ao estabelecimento das colônias do oeste que estavam tentando estabelecer uma zona de fronteiras, começou a surgir na faixa de terra entre a Serra do Mar e o litoral uma colonização que não estava inserida no plano colonial das migrações anteriores de origem lusitana ou gaúcha. Localizadas principalmente no Vale do Itajaí, Nordeste de Santa Catarina e no Vale do Rio do Rastro começaram a se estabelecer colônias de imigrantes vindos da Europa com a intenção de colonizarem uma região com seus próprios serviços sem estarem estritamente ligados a intenções governamentais de ocupação e manutenção de fronteiras.

Segundo Peluso (1991, cap. 1) o relevo e as condições geográficas do vale do Itajaí, e de forma aproximada com a região do Rio do Rastro, não eram apropriados para a agricultura de larga escala ou caça predatória. O estreito caminho entre as montanhas e o rio Itajaí não permitiam que grandes fazendas se estabelecessem. Também existia o interesse governamental em incentivar a vinda de imigrantes já que a escravidão estava com os dias contados devido ao aumento da pressão inglesa para a extinção do tráfico negreiro. Por isso o

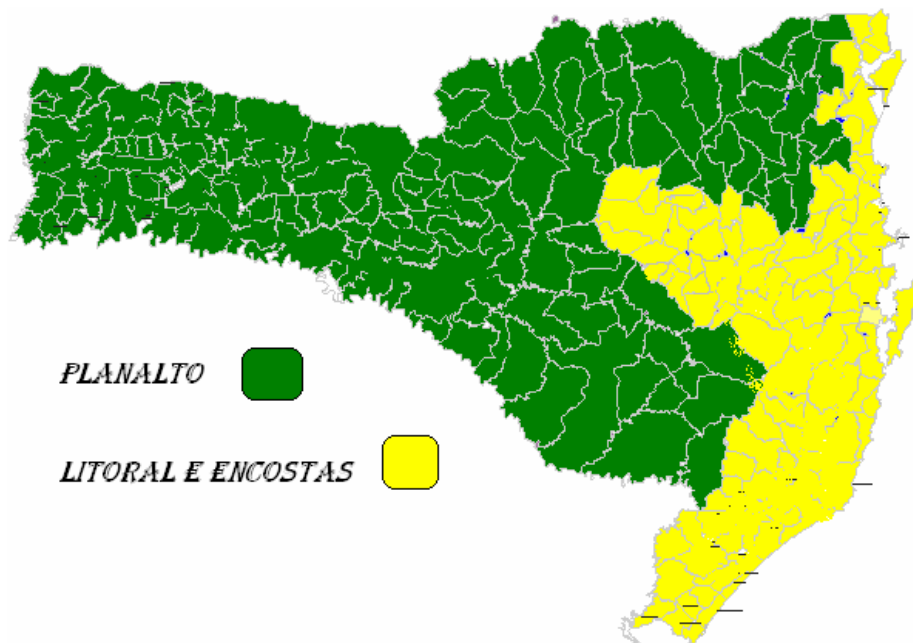
governo central buscou a alternativa de incentivar que novos colonos se estabelecessem em núcleos criados para abrigar tentativas de reconstrução de economias locais transplantadas da Europa para as possibilidades potenciais de exploração de uma terra nova.

Desta tentativa surgiram colônias com dotações bastante diferentes das experimentadas pelas colonizações da primeira “onda” compreendida até 1847. Ao contrário do litoral e do que aconteceria no final do séc. XIX e início do séc. XX no oeste, o vale do Itajaí não contava com abundância de recursos naturais que tornasse lucrativa a exploração de commodities na região. Desta forma não existia a possibilidade de interesse estatal em explorar as colônias para a inserção no sistema agro-exportador de grande escala.

Portanto a condição geográfica foi uma dotação bastante diferente entre as regiões do estado catarinense. Enquanto o litoral podia explorar a caça de baleias (mesmo que a atividade não tenha se desenvolvido muito devido à baixa rentabilidade) e o oeste conseguia se inserir no sistema colonial por meio da expansão da fronteira da produção das monoculturas, que já vinham sendo cultivadas no Rio Grande do Sul, ou por meio da exploração das vastas florestas madeireiras ainda intactas. O Vale do Itajaí ficava numa situação desfavorecida por não possuir atrativos para a empreitada de exploração colonial. E este quesito da formação geográfica foi fundamental para definir a posição inferior do vale do Itajaí quando comparado às possibilidades de negócios apresentadas nas demais regiões do estado.

No mapa 2 pode-se observar a divisão básica do relevo catarinense em dois tipos de formação distintas que facilitam a visualização das regiões do estado e suas respectivas tendências: no planalto, as plantações de larga escala facilitadas pela topografia plana, no litoral, pesca proporcionada pela área de reprodução de baleias, e nas “encostas” dificuldade de acesso e portanto impossibilidade de formação de *plantations*.

Mapa 2 – Divisão básica do relevo catarinense



Fonte: Elaboração própria a partir de Peluso (1991., p. 25)

Outro fator destacado por Sokoloff e Engerman (1997, p.276) como determinante da dotação de fatores é a força de trabalho. Segundo a visão de North e diversos outros autores das mais diversas correntes, o fator humano foi decisivo na formação de determinado arranjo institucional. Quanto mais propícia fosse a população em adaptar-se às necessidades da expansão da produção, mais desenvolvido seria este lugar.

Também já se argumentou sobre a exaltação da influência do imigrante no desenvolvimento catarinense. Essa influência, argumenta-se, teria tornado capaz o surgimento e desenvolvimento devido aos fatores culturais trazidos pelo imigrante germânico no vale do Itajaí. Como também já se disse, Wilhelm e Sanson (2002) mostram que esse argumento não resiste aos fatos, pois diversas colônias de descendência germânica não obtiveram o mesmo sucesso que Blumenau, ficando muitas vezes em situação atrasada e estagnada apesar de pertencer a arranjos culturais muito próximos aos casos de sucesso.

A imigração foi fator chave para a constituição de todo o estado catarinense em todas as suas regiões já que não era uma região onde a mão-de-obra local pudesse ser aproveitada. Na primeira fase de colonização a imigração foi feita por parte de açorianos que tomaram o litoral com o objetivo de sustentar a posse do estado português. Esse tipo de colono estava integrado ao sistema colonial de forma que não havia possibilidades deles quererem explorar os recursos locais de outra forma senão a estabelecida pela metrópole.

No oeste a imigração evoluiu de forma a estender os domínios dos “pampas” gaúchos, permitindo uma expansão da fronteira agrícola sul-rio-grandense, portanto uma grande leva de migrantes gaúchos se ocupou de garantir a expansão de suas atividades comerciais já estabelecidas e também integradas ao sistema colonial no oeste do estado, resultando em um arranjo, assim como o litorâneo, de mão-de-obra cabocla destinada à perpetuação de um negócio já estabelecido e com intenções bem definidas quanto aos objetivos estatais de tais empreitadas.

No Vale do Itajaí a colonização se deu de forma diferente, pois os imigrantes não estavam sendo alocados para defender um objetivo sistêmico de necessidade de expansão de terras para fins de definição de fronteiras ou inserção diferenciada no sistema colonial; ao contrário, os imigrantes que vieram para a região do nordeste catarinense buscavam novas oportunidades de recriação de suas vidas em terras brasileiras. De certo modo incentivada pelo governo que gostaria de substituir a mão-de-obra escrava por assalariada, foi criada uma política de incentivos à imigração e como a Europa passava por crises que incentivavam o fluxo no Atlântico, aconteceu a partir de meados do século XIX uma segunda onda de imigração européia para as terras catarinenses. (Furtado, 1968, cap. 17)

Uma das características desses imigrantes era capacitação profissional elevada comparada com os padrões brasileiros da época. Por pertencerem a países que já haviam adentrado a revolução industrial muito destes imigrantes já estavam acostumados com o

ambiente de manufaturas e fábricas. Muitos desses imigrantes eram mestres nessas atividades básicas do capitalismo inicial como ferreiros, marceneiros ou tecelões.

A presença de uma maior qualificação nesta mão-de-obra presente nos imigrantes do nordeste catarinense proporcionou sem dúvidas uma vantagem comparativa frente a outras regiões do estado que não detinham conhecimentos básicos em setores que iriam se desenvolver com a industrialização brasileira como a indústria têxtil. Blumenau se beneficiou dessa presença de pessoas qualificadas dentro de sua sociedade e esse pode ser considerado um dos fatores que determinaram o sucesso da cidade. Como sugere Hering (1987), no entanto não é garantia do sucesso somente a presença deste fator isolado, o que parece mesmo uma extrapolação não referendada pelos fatos que não mostram que todas as colônias alemãs foram bem-sucedidas. O que esta dotação de fatores pode esclarecer é que quanto maior a presença de mão-de-obra qualificada maiores as chances de sucesso nesta região.

Portanto, procurou-se mostrar como o estado catarinense foi fundado com dotações de fatores iniciais diferentes dentro de suas regiões e que cada uma delas continha especificidades que acabariam se revelando determinantes para o desenrolar futuro de suas capacidades. A presença de recursos naturais, aliados à distribuição geográfica, perfaz uma das dotações de fatores geográficos. Por outro lado, a mão-de-obra permite fazer uma comparação da cultura como um todo e mais especificamente da inclinação a relações mercantis e especialização na divisão interna do trabalho. Com estes dois fatores procurar-se-á mostrar a evolução das instituições catarinenses e o inter-relacionamento do desenvolvimento destas instituições com o desenvolvimento econômico do estado. Com isso tentar-se-á abrir novas possibilidades para o estudo do caso catarinense. Demonstra-se a seguir como estes fatores discutidos acima influenciaram todo o processo de industrialização no Estado.

4.2 A Definição dos direitos de propriedade

Para a análise de North e Thomas (1978, p. 8) a definição dos direitos de propriedade são as características fundamentais das instituições econômicas. Somente aparatos institucionais com alto desenvolvimento do direito de propriedade, ou seja, com regras jurídicas bem definidas sobre apropriação dos resultados econômicos decorrentes dos investimentos privados (baixos custos transacionais), podem ser aptos a experimentar desenvolvimento econômico. A lógica do argumento é que se um determinado lugar não garante a apropriação do lucro por parte do empresário, haverá neste lugar uma escassez de oferta devido à instabilidade jurídica deste negócio, ou de forma análoga, se os custos transacionais são elevados não haverá estímulo às trocas realizadas no mercado, dado o alto risco institucional. Essa situação gera um peso morto indevido para a sociedade, impedindo o crescimento e por consequência o desenvolvimento num segundo momento.

Como a dotação de fatores do estado foi fundamental para o desenvolvimento de colônias especializadas em atividades específicas ao ambiente às quais estavam inseridas pode-se argumentar que as dotações de fatores de cada região fizeram com que as instituições, e, portanto, os custos transacionais, evoluíssem de acordo com as necessidades de cada sistema colonial específico do Estado. A evolução do sistema fundiário no estado catarinense pode ser um objeto de análise que ajude a entender como a dotação de fatores contribuiu para a evolução de instituições mais ou menos voltadas para o mercado. Quanto mais as dotações geográficas favoreçam a monocultura maior será a tendência de organização social concentrada para a exploração de grandes superfícies de terras. Por outro lado, se as dotações geográficas não forem favoráveis à monocultura poderão surgir núcleos mais pulverizados quanto à concentração das posses da terra.

Outro ponto que será abordado é quanto à própria segurança do ambiente de negócios, numa análise mais próxima do que defendia North sobre o jogo de interesses políticos que

resulta em uma legislação mais ou menos inclinada aos interesses do empresariado. Lugares em que o empresário consegue “capturar” os agentes públicos para decisões em seus benefícios tendem à apresentar maiores atrativos aos investimentos produtivos. Situações inversas, onde o governo estaria comprometido por pressões das oligarquias beneficiárias dos lucros concentrados das monoculturas exportadoras tenderiam a produzir menos relações de mercado, devido à falta de interesse político (desincentivado pelos empresários) em estimular o surgimento de demanda interna nesse sistema.

Buscar-se-á nos relatórios dos presidentes de províncias (PPR's, 1830 - 1930)⁹ indícios que possam esclarecer qual o grau de influência do empresariado e se suas demandas para um ambiente de negócios mais promissor e com condições de investimentos propícias ao nível de trocas no mercado, nas regiões do Estado. Desta forma tentar-se-á esclarecer mais sobre o ambiente de negócios enfrentados pelos colonizadores do estado e que tipo de interesses eles tinham para superarem as limitações impostas pelas dotações de cada região.

4.2.1 A propriedade de terras

Sokoloff e Engerman (2000) utilizam uma grande parte de sua discussão sobre dotações de fatores para apontarem as relações entre a dotação geográfica de uma região e a importância desta dotação nas soluções possíveis para seu uso econômico. Os argumentos dos autores podem ser resumidos na seguinte idéia: ambientes impróprios para o cultivo de monoculturas exportadoras levariam à uma divisão de terras com a tendência a ser mais igualitária. De modo contrário, ambientes propícios à monocultura tenderiam (por necessidade evolutiva de minimizar custos) a apresentar uma configuração bastante mais concentrada.

⁹ Optou-se por designar os relatórios dos governadores de províncias de PPR's e relaciona-los ao referidos anos em que foram publicados, no entanto nas referencias bibliográficas eles aparecem devidamente citados pela fonte que disponibilizou os relatórios: Center for Research Libraries (2007).

No início de sua colonização o estado de Santa Catarina foi basicamente uma área de atuação de uns poucos donatários de terra que detinham grandes porções de terra. Desterro mesmo foi propriedade do donatário Dias Velho¹⁰ onde este deveria tentar implementar uma cultura na ilha de Santa Catarina, mas devido a baixa taxa de povoamento não conseguira imprimir grande êxito na atividade econômica da Ilha de Santa Catarina.

O sistema, basicamente extrativista, descrito acima tem exemplos diversos ao longo do Brasil onde o povoamento atendia às necessidades de um determinado tipo de dotações que favoreciam o uso concentrado da terra para a produção em escala necessária para a produção de commodities. No nordeste brasileiro esse tipo de ocupação territorial se deu com grande frequência devido ao alto grau de complementaridade com os produtos europeus, um clima favorável e amplas terras com boas dotações geográficas (solo fértil e pouca variação altimétrica). Isso fez com que fosse economicamente viável a exploração por meio da utilização de mão-de-obra escrava que era utilizada como meio de apropriação para um só agente centralizador da economia.

O resultado deste ambiente geográfico foi a facilitação do desenvolvimento de instituições que tendiam a perpetuar a concentração de terras e a aglomeração produtiva agrícola em grandes fazendas de *plantation* devido às vantagens absolutas da especialização neste tipo de atividade comercial. Ou seja, devido às vastas áreas de terra agriculturável o mais barato era o caminho de monocultura, até pela escala do investimento, o que favorecia com que os grupos interessados nestes negócios pressionassem por instituições que garantissem este tipo de exploração de forma concentrada e pouco sinérgica.

Em Santa Catarina este ambiente ocorreu naquela primeira fase de colonização do litoral, mas obteve um resultado ruim, pois o ambiente próximo à costa era pouco favorável

¹⁰ O Proprietário Dias Velho era donatário de todas as terras da ilha de Santa Catarina mas foi incapaz de criar um empreendimento agroexportador de sucesso devido a hostilidade das condições para a instalação de negócios mais sofisticados. (DIARIO CATARINENSE, 1993, p.3-4)

ao uso do sistema de *plantation* devido à proximidade da costa com as escarpas da Serra do Mar, e a produção de óleo de baleia não era muito lucrativa. (CANO, 1990, p. 112)

Na fase de migração para o oeste, Santa Catarina experimenta uma formação institucional que evolui para arranjos próximos aos discutidos acima: mesmo que Goularti Filho (2002, p. 105) afirme que a divisão de terras no oeste catarinense se desse de forma bastante pulverizada ao longo do tempo, o arranjo evoluiu para uma situação de bastante concentração por meio de um segundo momento de aquisições e formação de grandes grupos que concentravam boa parte da terra.

O caso acima ilustra a influência da dotação de fatores na história catarinense. Mesmo tendo uma estrutura agrária bem distribuída ela tendeu a concentrar-se porque a dotação inicial de fatores levava a uma tendência natural de inserção daquela região ao mercado paulista. Devido à facilidade de escoamento da produção para São Paulo, aproveitando as rotas abertas pelos tropeiros, enquanto a ligação com o litoral do estado só se daria anos depois, o que inseria o oeste catarinense na logística mais apropriada à exploração dos recursos por meio de grandes propriedades que tivessem ganhos de escala para se inserirem no mercado nacional de fumo, suínos ou madeira, todas atividades tipicamente com ganhos de escala.

Na região do vale do Itajaí a formação das instituições de direito de propriedade se desenvolveu de forma diferente. Ao contrário das estruturas concentradas comuns no oeste desenvolveu-se na região um dos casos de maior igualdade de distribuição de terra do país, onde a pequena propriedade de terra permaneceu lucrativa proporcionando ganhos internos que permitiram o desenvolvimento de toda a região.

Segundo Richter (1992), para que se entenda a formação social das colônias do Vale do Itajaí, é necessário que se destaque o papel, esquecido pela historiografia tradicional, das empresas colonizadoras que moldaram o perfil inicial dessa região. As principais empresas de

colonização, dentre as quais pode-se destacar a Sociedade Colonizadora Hanseática, impuseram uma dinâmica de desconcentração de renda que não foi atingido por nenhum dos arranjos tentados anteriormente no país. Basicamente estas empresas vendiam pequenos lotes para imigrantes que quisessem largar suas vidas na Europa para tentar a sorte no novo mundo. Esse sistema de pequenos lotes levou a um arranjo onde a concentração de renda da colônia mantinha-se menor e incentivava a especialização e os ganhos de comércio advindos dessa especialização.

Portanto ao optar por negócios privados que exploravam as potencialidades de uma região onde não seria possível o emprego das técnicas de *plantation*, as companhias colonizadoras tiveram um papel importante a desempenhar na formação econômica de Santa Catarina na medida em que ao buscarem lucros com a colonização catarinense permitiram a constituição de colônias pouco concentradas e, portanto, mais dispostas à divisão do trabalho e, por conseguinte do incremento de trocas e com isso o robustecimento do capitalismo na região.

Essa é uma das principais decorrências das dotações de fatores no caso do sucesso nordeste catarinense. Por não dispor de possibilidades para a implementação de uma monocultura de larga escala, as atividades possíveis na colonização do Vale do Itajaí não despertavam os interesses dos grupos políticos interessados em promover uma intensificação do comércio com a metrópole, o que por sua vez não acrescentava à disputa política local os interesses em concentração fundiária ou monopólios estatais.

Portanto, pretendeu-se argumentar a importância da dotação de fatores nos rumos que levaram à especialização do oeste catarinense em produtos agrícolas e da região nordeste em um reconhecido centro de produção de produtos têxteis, indústria originária do processo de formação econômica da região, com isto mostrando a influência do meio no desenvolvimento

de distintos arranjos institucionais que permitiram a evolução amplamente ancorada em seus fatores iniciais de dotações de fatores geográficos.

4.2.2 Apropriação dos resultados econômicos

A questão fundamental para North e Thomas (1978, p.5) é a de garantia de contratos que repercute em custos transacionais maiores ou menores e, por conseguinte, em maiores ou menores chances de desenvolvimento. A garantia de contratos ou a apropriação eficiente dos lucros deve, portanto, ser objeto de análise se se deseja entender as condições do desenvolvimento institucional de uma região. No caso catarinense não existem fontes disponíveis para o reconhecimento das políticas utilizadas para a garantia dos contratos, e neste caso é necessário que o ambiente jurídico catarinense seja julgado também dentro do aparato maior no qual está inserido que é o aparato nacional.

Como não é intenção deste trabalho se deter neste nas decisões jurídicas que possam comprovar o comprometimento do judiciário em defender os interesses dos empresários, buscou-se evidências indiretas que pudessem oferecer uma avaliação mais ampla na qual o processo de decisão judicial está inserido (devido ao lobby, segundo North) que é o processo político.

O grau de comprometimento dos políticos catarinenses para com os ideais da classe industrial que começava a surgir no estado no final do século XIX pode oferecer uma *proxy* para a análise dos efeitos da garantia de um ambiente propício a negócios. E pretende-se entender se o governo realmente buscou garantir os interesses da classe industrial da região nordeste do estado para o sucesso desta região. Essa avaliação da tendência dos gastos do governo em estímulos à atividade industrial ou assuntos de interesses correlatos de incentivo estatal para o ambiente de negócios serão observados em fontes primárias nos relatórios dos

governadores das províncias no período de 1880 a 1900 buscando-se encontrar indícios desta correlação.

A partir do início das migrações européias não-lusitanas na década de 1880, houve uma inversão na condução da política local catarinense. Antes as representações do estado eram em grande maioria definidas segundo as prioridades do império ou da metrópole numa fase anterior. Esse tipo de representação política não atendia aos interesses internos de acumulação, pois estavam ligados aos interesses externos ao sistema catarinense, que a bem dizer não existia ainda em sua plenitude, devido justamente a essa falta de interesse de um projeto de interligação regional.

A falta de interesse do governo central em estabelecer núcleos efetivos de colonização acabavam se refletindo nas políticas que visavam tipicamente à instalação de postos militares avançados com o objetivo de demarcar e ocupar territórios preponderantemente em relação à intenção de estabelecimento de sociedades auto-sustentáveis. Esse arranjo político resultante das dotações iniciais que não incentivavam a tomada interna de decisões acabara por dificultar o desenvolvimento institucional pró-mercado, ou seja, como os interesses da metrópole ou da capital se sobrepunham a qualquer interesse privado o ambiente não era favorável à instalação de negócios privados o que resultava em baixa dinâmica interna das forças do capital.

De acordo com Furtado (1968) a partir da inversão ocorrida com as migrações e consolidada com a República, o governo estadual foi “capturado” pelas demandas internas dos industriais da região do Vale do Itajaí e outros núcleos de colonização européia. É sabido que houve também uma inversão das prioridades políticas do governo central em relação ao incentivo à colonização no sul do país. Se antes o trabalho escravo era usado para a acumulação de capital na América, com a proibição do tráfico imposta pela Inglaterra tornou-se uma necessidade dos países que não dispunham de abundância de mão-de-obra indígena o incentivo à migração para a continuidade do crescimento das regiões.

Com isso o governo federal buscou incentivar a vinda de colonos europeus, para suprir a falta de mão-de-obra que se instalaria na cafeicultura (ou outras monoculturas de exportação) devido à falta de escravos. Segundo Furtado (1968) este ambiente hostil ao uso de escravos fez com que o governo subsidiasse fortemente a migração, que foi facilitada pelos processos de unificação tardios pelos quais passaram Alemanha e Itália no séc. XIX.

Esta combinação de fatores tornou necessário que o subsídio dado pelo governo central para estas novas colônias fossem regulamentados sob um arranjo que já havia mostrado ter capacidade de alcançar sucesso pela experiência norte-americana de empresas colonizadoras.

Por meio de companhias de colonização como a Sociedade Colonizadora Hanseática o governo central brasileiro mudou o foco de seus incentivos ao favorecer a constituição de um sistema bem diferente, por ser fortemente subsidiado, do que vinha sendo adotado no antigo sistema colonial. As fundações das primeiras colônias alemãs e italianas nos moldes aproximados do que havia sido tentado nos Estados Unidos mostram uma mudança de direção no tipo de apoio dado às colônias do estado de Santa Catarina. No entanto, a tomada de poder por parte de Hercílio Luz parece marcar definitivamente essa inversão da atuação do governo estadual em apoio às colônias. (PAULI, 1976, p. 189 – 192)

Hercílio Luz era próximo do empresariado de Blumenau, tendo sido Comissário da Terra em Blumenau e lutou ao lado do governo federal na Revolução Federalista. A partir da vitória e a tomada do poder da capital, Hercílio Luz tomou atitudes que privilegiassem os interesses da classe econômica que havia apoiado os objetivos políticos dos primeiros governos republicanos.

A partir da análise dos relatórios dos presidentes de províncias (PPR's) pode-se destacar que dentre as principais políticas adotadas por Hercílio Luz estava o incentivo à construção de infra-estrutura econômica com a construção de estradas para o escoamento da

produção e a interligação do Vale do Itajaí com os portos da região permitindo um maior acesso dos produtos no mercado nacional. Outra atitude foi a construção de linhas telegráficas e a defesa dos interesses dos empresários por meio do incentivo as indústrias nascentes da região criando um ambiente propício à manutenção de relações mercantis que se desenvolveram em um ambiente de negócios mais atrativo. Junte-se aí o aumento da cifras aprovadas para obras referentes aos interesses dos empresários do nordeste catarinense, além do incentivo à constituição da Sociedade Colonizadora Hanseática, que como se discutiu, teve papel decisivo na evolução das instituições da região.

De acordo com PPR (1880, p. 6-10) as principais obras de transporte do Estado se concentravam na tentativa de interligar o planalto de Lages a Tubarão e esse se revelou pelos anos seguintes o principal problema viário do estado recebendo somas elevadas de dinheiro comparada às outras obras. Nesta fase se destaca o início das obras de estradas menores como a que ligava Curitiba à Blumenau, ou obras de melhorias nas cidades do vale do Itajaí (PPR, 1881, p. 9)

A partir dos anos de 1890 as obras continuam sem grandes mudanças perceptíveis nos relatórios do governadores (PPR's, 1891-1895) devido às dificuldades de financiamento enfrentadas pelo estado por problemas da revolução Federalista. No entanto começam a surgir indícios mais fortes da constatação por parte dos governantes de que a interligação da região do vale do Itajaí era fundamental para o desenvolvimento não somente desta, mas como da região da capital que já começava a ser atendida por produtos ali produzidos. (PPR, 1893, p. 12, 13)

No início dos anos 1900 Blumenau assume a dianteira dos investimentos estatais em obras de pavimentação e ferrovias. Como afirma o relatório de 1902 (p. 22) o governo estadual assume a necessidade de interligação de Blumenau com o oeste do estado por meio da interligação com a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande. Além das grandes obras que já

vinham sendo encaminhadas para atender às necessidades das áreas de migração européia não-lusitana (Estradas D. Francisca e D. Teresa Cristina), que ganharam constantes expansões de seus traçados originais.

Portanto, a partir da chegada de Hercílio Luz ao poder (que é utilizada como marco, embora a política governamental de incentivo às migrações da segunda “onda” fosse estimulada pelo governo federal) pode-se dizer que os interesses da burguesia estavam representados e alinhados com a plataforma política para a região. Esse fato se corrobora com a observação da chegada ao poder de alguns grupos políticos que eram ou tornaram-se grandes industriais, que usaram da política para incentivar o setor privado ao qual também faziam parte, permitindo um ambiente onde o interesse dos industriais estivesse representado pelos próprios empresários e, por conseguinte com políticas que fossem benéficas para a garantia de seus resultados.

Em resumo, tentou-se argumentar sobre a evolução institucional da política catarinense com vistas na idéia de dotações de fatores. A partir da ocupação do novo espaço geográfico no nordeste do estado, mais adaptado para reprodução de sua dinâmica interna, logo a política se adaptou ao novo sistema incorporando as necessidades e anseios dos empresários (e aqui se pode pensar que a apropriação dos resultados fosse um desses anseios) permitindo uma representatividade desta classe por meio de políticos ligados aos seus interesses.

Portanto os argumentos apresentados sobre a história catarinense parecem confirmar a idéia de North de que ambientes seguros quanto à garantia de contratos são fundamentais para o desenvolvimento. Em Santa Catarina este ambiente foi assegurado pela presença dos interesses dos industriais defendidos pela classe política que coadunava com suas idéias. E o papel destes políticos, muitas vezes eles mesmos empresários, foi fundamental para assegurar

o ambiente de garantia desses interesses para o incentivo à geração de negócios e, portanto de crescimento econômico.

4.3 Infra-estrutura econômica

Outro avanço institucional decorrente do processo histórico originado pela dotação de fatores é o desenvolvimento de sistemas facilitadores do comércio. Estas instituições são adaptadas para minimizar os custos da atividade econômica predominante de forma a desenvolverem maior ou menor intensidade devido às necessidades do sistema econômico. Desta forma em ambientes mais rigorosos onde a auto-suficiência é difícil, é maior a tendência a se desenvolverem sistemas mais complexos de transporte e moeda devido ao número elevado de trocas necessário para a manutenção da colônia nestas condições. Por outro lado, lugares com abundância de terras agriculturáveis, como o nordeste brasileiro, tendem a gerar ambientes isolados e auto-suficientes devido aos incentivos econômicos da exploração em larga escala desta condição.

Duas importantes instituições se desenvolvem neste quesito mostrando a influência da dotação de fatores no avanço institucional. São elas: a integração dos transportes e o desenvolvimento do sistema financeiro local. Essas duas características nos permitem observar como a dotação de fatores está condicionando todo o caminho das instituições fundadas sobre estas bases. A presença de mecanismos de crédito dá exemplo de como uma sociedade evolui até o ponto de intensificar suas relações de maneira a inserir um importante fator motivador da economia em suas relações sociais. Desta forma lugares com maior disposição a desenvolver mercados de crédito tendem a apresentar melhores resultados no desenvolvimento de longo prazo, ao contrário de lugares onde a incerteza jurídica ou outros fatores que impeçam seu desenvolvimento atrasam a industrialização por não permitirem o casamento entre a poupança e o investimento destes lugares.

A disposição espacial dos acessos a determinada região também são decorrentes do arranjo institucional vivido em determinado caso. No caso catarinense, a expansão da fronteira de atividades de monocultura exportadora fez com que as ligações se intensificassem com o principal mercado consumidor sem criar ramificações que explorassem as possibilidades internas. Por outro lado mesmo regiões onde o acesso era mais difícil logo buscaram saídas para também se integrarem ao sistema nacional, no entanto com maiores ramificações internas advindas do sistema de ligação entre as diversas pequenas propriedades do Vale do Itajaí.

4.3.1 A integração dos transportes

Durante o primeiro período de colonização do estado foram buscadas soluções que facilitassem a conexão com a metrópole. Por isso, a maioria das cidades se estabeleceu em enseadas propícias à instalação de portos. Segundo CEAG (1980, p. 49) a fase de ocupação do litoral à partir da segunda metade do séc. XVII está relacionada com os objetivos da metrópole em estabelecer fortes como ponto de apoio para a ocupação territorial. O suporte aos postos avançados deveria se dar de forma interligada à metrópole para facilitar a manutenção das bases.

Por conta disto não se intensificou a ligação com o interior por meio de estradas carroçáveis, pois as mesmas não eram necessárias para as atividades que eram desenvolvidas na colônia àquele tempo. Desta forma a dotação de fatores influenciou no resultado futuro de falta de infra-estrutura para a interiorização das colônias, pois não havia condições para tal tentativa devido à falta de estradas resultante da especialização da exploração costeira e do estabelecimento de colônias somente na faixa litorânea.

Da mesma forma quando o governo buscou expandir suas fronteiras para o oeste as condições também eram propícias ao surgimento de um aparato que interligasse diretamente a área de produção de fumo ou mate ao mercado consumidor sem intensificar as ligações

internas. Segundo esta visão reforça-se a idéia de que as dotações de fatores influenciaram na concentração de terra observada na região oeste comparativamente ao observado no Vale do Rio Itajaí e Nordeste do Estado devido ao apelo dos lucros do negócio agro-exportador que eram mais racionais para aquela região.

Portanto desenvolveu-se na região um sistema composto basicamente pela presença da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG) que ligava os “pampas” gaúchos a São Paulo, inserindo naturalmente Santa Catarina e o oeste paranaense nesta nova fronteira agrícola (Goularti Filho, 2002, p. 77). Como as terras eram pouco acidentadas e a mão-de-obra estava formada para aquelas condições, pôde ocorrer a especialização na produção de produtos agrícolas, basicamente para consumo externo à própria região. Com isso o desenvolvimento econômico de longo prazo esteve intrinsecamente ligado às condições iniciais enfrentadas pela colonização na configuração deste arranjo e os resultados de suas instituições econômicas refletem essas condições por terem proporcionado um lugar com maior tendência à produção de commodities com produção relativamente concentrada.

O outro caso percebido no caso catarinense foi o experimentado pelo Vale do Rio Itajaí e pelo Vale do Rio do Rastro, outro núcleo de colonização européia no sul do estado. Neste caso, ambas as regiões eram de difícil acesso, o que requeria certo grau de interiorização. No Vale do Itajaí isso foi conseguido pela navegabilidade do rio Itajaí além da construção de estradas de ferro auxiliares, como a Estrada de Ferro Santa Catarina que ligava Blumenau a Trombudo numa tentativa de alcançar o interior do estado. No entanto foram necessários diversos investimentos estatais para a melhoria das condições de interligação com o litoral e o mercado consumidor externo.

Nos relatórios dos governadores da província pode-se confirmar este incentivo à integração dos transportes ocorrido devido às condições apontadas. A EFSPRG corta o estado no sentido norte-sul ligando duas áreas de produção agrícolas complementares às atividades

agro-exportadoras. Desta forma o oeste se integra ao mercado brasileiro aproveitando suas dotações, que favorecem a agricultura comercial, e o sistema de transporte acompanha esta tendência ao fazer a conexão direta entre a região e o principal mercado consumidor do país. Essa importância dedicada ao comércio com São Paulo fica clara ao se notar que a ligação da região de Lages, apesar de seguidos pedidos de governadores, foi interligada por ferrovia à São Paulo antes do litoral do próprio estado.

As estradas de ferro Dona Francisca e Dona Tereza Cristina estão inseridas em outro contexto de integração de transporte visando atender as necessidades das atividades possíveis na região dos vales de migração européia pós 1850. Além destas obras principais que visavam de certa forma à integração desta região ao mercado consumidor nacional existiam algumas outras de integração regional (a Estrada de Ferro Paraná – Santa Catarina e a Estrada de Ferro Santa Catarina. (CEAG, 1980, p. 87)

Apesar de ter sido fundada num sistema bem mais “voltado para dentro” do que as demais regiões, os vales de colonização européia não-lusitana não se diferenciaram muito do resto do Estado consoante ao fato de terem também buscado a interligação com o mercado central do país. Portanto neste caso as dotações de fatores não foram tão fundamentais para o arranjo institucional dos transportes quanto foram nos Estados Unidos, onde a interiorização foi incentivada pela necessidade de interconexão entre os diversos pequenos mercados internos.

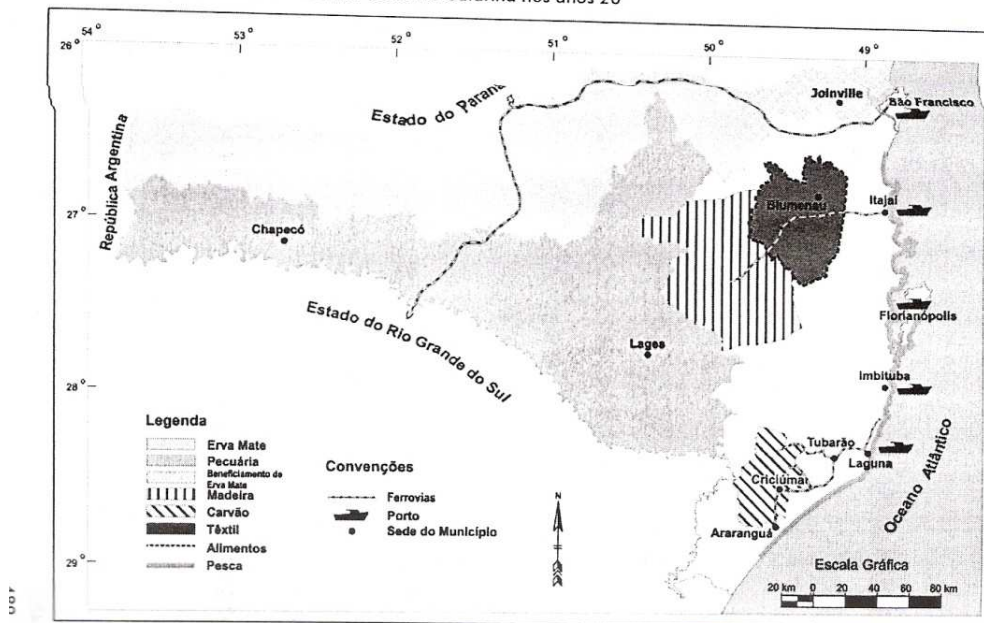
No caso catarinense o que aconteceu, e talvez, por isso o elevado grau de correlação entre o desenvolvimento de novas fábricas no nordeste catarinense e o brasileiro, foi a busca dos imigrantes por se inserirem no mercado nacional, e não apenas acumulando internamente sem nenhuma conexão com o resto do país. Por meio deste argumento se pode concordar com a tese sobre o crescimento articulado, que foi possível porque a dotação de fatores facilitava, via escoamento pelo Rio Itajaí, a integração das colônias recém-fundadas na dinâmica

nacional, o que fez com que elas tivessem um elevado grau de complementaridade com o crescimento paulista.

O Mapa 3 tenta identificar as principais obras de integração dos transportes empreendidas na época dando ênfase ao tipo de fluxo que cada obra visava atender. A estrada Rio Grande – São Paulo é o exemplo mais forte de tentativa de integração com o mercado paulista (as setas tentam indicar o principal tipo de utilização da ferrovia). No caso contrário, está o rio Itajaí que facilitou a integração interna das colônias que se instalaram ao longo de seu curso, assim como facilitou o acesso aos portos que atendiam à necessidade de ampliação dos mercados para as manufaturas que estavam se instalando na região. Esta possibilidade de integrar a região ao longo do rio favoreceu a construção de estradas de ferro para interligar estes núcleos urbanos aos portos. Isso revela uma sinergia maior dos transportes na região, pois possibilitou que houvessem fluxos internos de bens e serviços. Mesmo que a dotação não tenha sido tão significativa quanto nos Estados Unidos, ela proporcionou um avanço dos transportes que levassem a um maior grau de relações internas no vale do Itajaí e menor no Oeste.

Mapa 3 Principais estradas e portos de Santa Catarina nos anos 1910.

Anexo 65: Mapa histórico-econômico de Santa Catarina nos anos 20



Fonte: Goularti, op. cit. p. 489.

Com isso se espera poder buscar entender melhor as conseqüências deste modelo de integração para o desenvolvimento de Santa Catarina. As três regiões com colonização e dotações mais diferenciadas (litoral, oeste e vales de migração européia não-lusitana) decorreram de ambientes institucionais distintos, mas todas evoluíram para um ambiente de maior integração ao espaço nacional. Isso propiciou a presença de grupos com forte presença no mercado nacional e desta forma permitiu que o Estado conseguisse acompanhar o processo de início de industrialização que começava a ser tentado em outras regiões do país.

Portanto esta visão tenta argumentar sobre como as dotações de fatores permitiram que Santa Catarina se inserisse entre os estados brasileiros que conseguiram promover algum tipo de industrialização por volta da virada do século XX. Sem essas condições internas provavelmente a dinâmica poderia resultar em arranjos que não permitissem esta inserção no mercado nacional.

4.3.2 O surgimento de instituições financeiras

No desenvolvimento americano é apontado como um dos principais fatores para a manutenção de longos períodos de crescimento a presença de instituições financeiras que apoiavam o investimento num arranjo de mutualismo onde os ganhos ocorriam para toda a sociedade devido à externalidades positivas do investimento. Para que o nível de investimento se mantivesse elevado era necessário um arranjo financeiro que apoiasse todo o sistema dando dinâmica às trocas advindas do uso do crédito, por isso o sistema financeiro local desenvolvido e presente na maioria das cidades impulsionou os investimentos nas colônias com essas instituições (Ratner, Soltow e Sylla, 1979). Portanto a presença de bancos e casas de crédito é considerada fundamental para que se estabeleça algum nível de industrialização, e nos Estados Unidos a presença maciça destas instituições esteve relacionada com a sua dotação de fatores.

Como as colônias americanas nortistas surgiram como um empreendimento voltado para explorar as condições internas da nova sociedade, e não se inserir no pacto colonial, o isolamento e a necessidade fizeram com que se criassem forças internas que incentivavam as trocas devidos aos benefícios mútuos do comércio. O clima, o relevo e os recursos naturais foram determinantes nessa necessidade da sociedade se especializar em trocas para sobreviver no ambiente hostil. Devido às condições terem resultado em relações internas intensas foi se consolidando nestas colônias o sistema de crédito que abria as possibilidades de exploração do capital. Esse sistema deu novo impulso à revolução industrial americana que se beneficiou do chamado capital financeiro para empreender e aumentar as possibilidades de ganho do capital, num ambiente propício a isso, cabe lembrar.

Em Santa Catarina, as condições de dotações de fatores não se diferenciavam em muitos pontos do norte da América. As condições de colonização tentavam imitar a experiência de sucesso americano, incluindo o uso de companhias privadas de colonização.

Como as características das dotações eram parecidas também se deu logo no início do povoamento das colônias do Vale do Itajaí a presença de casas de crédito, ou instituições bancárias arcaicas, que buscavam suprir essa necessidade do desenvolvimento econômico desta região de modo análogo ao que havia acontecido nas colônias inglesas da América do Norte.

Como as colônias tinham um sistema onde parte do lucro ficava para o re-investimento das firmas da região, era benéfica uma diminuição da ociosidade deste capital por meio dos mecanismos do sistema financeiro. Com isso se permitiu que se evoluísse de uma situação baseada no escambo (como era muito comum por todo o Brasil à época) para trocas sofisticadas em mercados financeiros.

Pellizetti (1985) destaca o surgimento de uma instituição do tipo em Rio do Sul, cidade pólo da região do Alto Vale do Itajaí. Conforme a autora destaca, essa instituição evoluiu a partir do sistema de colônia-venda onde o migrante trocava seus excedentes no sistema de escambo. Conforme o excedente foi aumentando foi se tornando viável a constituição de cooperativa de crédito ou casas de crédito que permitissem fazer a criação de moeda fiduciária num sistema com direitos de propriedade relativamente garantidos (risco sistêmico baixo).

Por isso pode-se argumentar que a dotação inicial do Vale do Itajaí resultou na evolução de instituições no mínimo peculiares em relação ao resto do país. O Brasil somente conseguiu regulamentar o sistema financeiro nacional, para uma ampla utilização do *open market* na década de 1960. Isso foi resultado da pequena necessidade do uso de papel moeda no sistema colonial onde as trocas podiam ser facilmente realizadas por escambo e pelas proibições e restrições à atividade bancária. Portanto apesar de soluções locais não havia no país um avanço sólido na intensificação do uso de papel moeda e títulos.

No entanto, essa situação descrita acima começou a se alterar a partir de 1888. O governo começa a ceder concessões para a abertura de novas casas de crédito. Com isso é incentivado um boom pela emissão de títulos que promovem o endividamento, mas em contrapartida permitem a inversão de quantias que não estariam disponíveis para o investimento. Segundo Haber e Klein (1997, p. 150) essa expansão do crédito possibilitou o aumento dos investimentos na indústria têxtil. Deste modo o nordeste catarinense pôde-se inserir nesta fase de ampliação do crédito, pela criação das casas comerciais que foram possíveis, dadas as condições favoráveis à intensificação do comércio requerida na região.

As regiões de colonização européia não-lusitana experimentaram um arranjo distinto do que foi experimentado pelo oeste e pelo litoral, que é bastante próximo ao que ocorria na maior parte das regiões mais especializadas no comércio externo de commodities. Como visto, o sistema colonial tentado no estado, dado suas dotações de fatores específicas, evoluiu para um sistema onde foi lucrativa a instalação de casas de crédito, pois a continuidade dos investimentos era decorrente da existência destas instituições que favorecessem a dinâmica capitalista na região, e com isso se pôde aproveitar as oportunidades abertas pelo governo brasileiro que tentava modernizar as instituições de crédito do país no final do séc. XIX.

Com isso buscou-se mostrar os principais fatores onde parece haver influência significativa das dotações de fatores no desenvolvimento institucional do estado. A evolução do sistema financeiro no Vale do Itajaí parece mais uma vez mostrar as possibilidades de exploração para as relações entre o desenvolvimento da região. Com os argumentos das dotações de fatores busca-se ancorar a realidade atual ao ambiente evolucionário ao qual certo arranjo foi submetido, por isso o entendimento das instituições no contexto evolucionário podem ajudar a desvendar novos horizontes para a interpretação de como se deu a formação econômica de Santa Catarina.

Desta maneira, buscou-se evidenciar os principais aspectos que puderam ter recebido influências das dotações de fatores do estado e por isso se desenvolveram de forma específica e condicionada pela história e situações que tornaram a evolução de determinado arranjo institucional mais favorável que outros. De forma geral pode-se resumir a argumentação apresentada acima de forma a buscar as especificidades de cada região dentro do estado de Santa Catarina. Desta forma o litoral pode ser caracterizado por apresentar dotações geográficas bastante favoráveis à implementação de atividades exploratórias de caça e pesca dada a abundância destes fatores. O oeste se inseriu na atividade de monocultura por apresentar planaltos favoráveis ao escoamento e atividades complementares ao sistema da bacia do rio da Prata e do Rio Grande do Sul.

Nestes lugares o desenvolvimento das forças políticas levaram as instituições tenderem à uma menor dinâmica interna que favorecesse o surgimento de mercados devido à elevada necessidade de concentração de riquezas. No entanto, Santa Catarina ainda conta com um terceiro tipo de região com dotações específicas que permitiram um desenvolvimento institucional mais dinâmico. Nos vales de imigração européia não-lusitana a dificuldade de implantação de monoculturas, deixou como alternativa a pequena propriedade e o comércio. Aliado aos interesses governamentais esta dotação causou um maior nível de relacionamento comercial que se reverteu na possibilidade da região ingressar no processo de industrialização que começava a acontecer no final do século XIX. Desta maneira buscou-se entender sob o ponto de vista da dotação de fatores, como as instituições econômicas catarinenses evoluíram permitindo que o estado se inserisse com sucesso nas tentativas de industrialização do país.

5. Conclusões

Neste trabalho buscou-se fazer uma interpretação alternativa da formação econômica de Santa Catarina, em seus anos nascentes, sob a ótica institucionalista. Deste ponto de vista, deve-se entender que as organizações sociais são formadas por forças tentando ganhar espaço num ambiente econômico e político definido. Para ajudar a entender o caso catarinense por meio desta visão evolucionária adotou-se os argumentos da teoria das dotações de fatores para se explicar como o ambiente social da região influenciou na evolução das instituições que permitiram este caso peculiar de desenvolvimento econômico inserido no caso brasileiro.

Partindo deste aporte teórico buscou-se solucionar os objetivos do trabalho que visavam fazer um levantamento exploratório sobre estas variáveis que até então não são objetos centrais das análises mais conhecidas para o entendimento da economia catarinense. As principais correntes, são o ponto de partida para que se entenda a maneira como o desenvolvimento do sistema capitalista no estado vem sendo encarado.

A visão schumpeteriana busca explorar a relação entre o colono de origem de países industrializados e o sucesso das colônias da segunda fase de imigração para o Estado. No entanto a visão institucionalista parece não confirmar a tese schumpeteriana ao mostrar a importância de outros fatores “ambientais” que são necessários conjuntamente à mão-de-obra de melhor qualificação. Esta mão-de-obra foi aproveitada pelo sistema, determinado pela atratividade do uso do capital em arranjos coloniais mais pluralizados politicamente e economicamente, que favorecia a implantação de pequenas colônias auto-suficientes que acabaram por aproveitar estas condições para criarem instituições voltadas para as relações no mercado.

A visão desenvolvimentista é revista sob a ótica deste trabalho como se argumentou que a evolução econômica de Santa Catarina esteve intimamente relacionada com o resto do

país pois o estado exercia um papel complementar no sistema cafeeicultor do sudeste brasileiro. Este caráter complementar é ressaltado ao se identificar fluxos econômicos que buscaram se aproveitar das chances proporcionadas por esta complementaridade. Os colonos gaúchos do oeste catarinense buscaram integrar-se à economia brasileira por meio da expansão das fronteiras agrícolas para além das posses iniciais portuguesas. Com isso criaram um sistema econômico específico nesta região que reflete nas altas produtividades encontradas nas regiões oeste dos três estados sulinos do Brasil.

A economia dos vales de imigração não-lusitana por sua vez se inseriram de forma bastante peculiar por fazerem parte de um plano estatal de povoamento de certas regiões como forma de substituir o influxo de imigrantes africanos. No entanto, devido às condições de algumas destas colônias, acabaram se desenvolvendo pequenos núcleos comerciais que progrediram e tornaram-se pequenos núcleos industriais buscando possibilidades de negócios com o resto do país que experimentava suas primeiras tentativas de produção interna de bens manufaturados como têxteis. Desta forma buscou-se compreender que a marcha imposta à economia catarinense esteve positivamente relacionada com a inserção de suas regiões no comércio nacional.

Buscou-se fazer uma interpretação que fosse complementar às idéias sobre crescimento articulado. A partir do reconhecimento do autor sobre a importância das dotações geográficas e de outras instituições que são complementares no processo de desenvolvimento buscou-se fazer um levantamento das ligações entre as dotações de fatores iniciais de Santa Catarina e a evolução das instituições que possibilitaram seu caso peculiar de desenvolvimento econômico. Com isso buscou-se acrescentar argumentos que não haviam sido objetos de estudos específicos anteriores, mas que vão ao encontro das teses defendidas pela teoria do crescimento articulado por acrescentar razões institucionais de longo prazo para as análises desta teoria.

Com base nestas questões se procurou mostrar como as dotações geográficas do estado influenciaram nos custos dos investimentos nas regiões do estado. Como o litoral e o planalto ofereciam boas oportunidades para investimentos em atividades extrativistas ou de monocultura as instituições evoluíram de forma a sustentar este tipo de atividade. O povoamento esparsos influenciou na distribuição de terras, e a ligação comercial predominantemente com o exterior da região não foram capazes de oferecer incentivos para investimentos privados intensos em indústrias ou atividades comerciais, dado esta ampla inserção neste contexto descrito.

Por outro lado áreas do estado de difícil acesso e utilização para monoculturas receberam usos alternativos que foram capazes de oferecer um novo sistema mais igualitário na distribuição da terra e com mais força interna nas relações comerciais. Esse ambiente foi fortemente influenciado pelas dotações iniciais que não permitiram que ali evoluíssem formas de acumulação de capital integradas ao sistema monocultor-extrativista. Dado esse isolamento inicial da região nordeste do estado catarinense, foi possível o desenvolvimento de núcleos comerciais que puderam utilizar de suas vantagens para se inserirem na competição pelo mercado externo à região e com isso provocaram um ganho de produtividade que tornou o caso bastante específico no contexto das primeiras tentativas de industrialização brasileira no final do séc. XIX e início do séc. XX.

Ainda buscou-se argumentar como as dotações iniciais influenciaram na evolução de determinadas instituições político-econômicas e os resultados obtidos na evolução destas instituições. Com isso buscou-se mostrar a influência do empresariado ao incentivar um ambiente de negócios mais favorável por meio do incentivo de políticos de sua região e que defendiam interesses desta classe. Dentre os quais se pode destacar como mais proeminente Hercílio Luz, mas como visto, durante os anos de intensificação da colonização todo o aparato do governo estadual estava disposto para a integração comercial e as possibilidades que

estavam surgindo com a presença de um novo núcleo colonizador dinâmico. Essa vontade estatal em assegurar um clima favorável aos investimentos, inclusive por meio de investimentos em obras de infra-estrutura, como estradas e telégrafos, foi decisiva nos resultados colhidos pela região em conseguir manter um elevado índice de competitividade por meio da constante inserção de suas indústrias no mercado brasileiro e internacional.

A partir de todas estas conclusões pode-se por último afirmar que o processo de colonização e formação econômica de Santa Catarina não se deu de forma homogênea e as dotações geográficas foram fundamentais no caminho e especialização de cada uma das regiões do estado. Portanto, ao se estudar o processo de formação de Santa Catarina há uma enorme gama de possibilidades que podem ser exploradas como seqüência deste trabalho. As instituições do oeste comparadas com as dos outros estados do sul do Brasil e até mesmo como uma forma de inserção ainda maior do complexo pecuário que se estende da foz do rio da Prata na Argentina ao Mato Grosso do Sul no Brasil.

As decisões judiciais e seus viés comprovado a favor dos empresários do nordeste do Estado também poderia ser um teste a ser submetido a uma extensão possível deste trabalho, enfocando a presença e a dimensão dos custos transacionais nas regiões do Estado, e se havia alguma inclinação para decisões favoráveis a determinada região.

No entanto, o que procurou se mostrar foi a importância de se entender o processo de formação de Santa Catarina como um processo complexo que não pode ser visto sob uma só ótica, pois efeitos diversos e muitas vezes contraditórios levaram suas regiões a se desenvolverem de forma específica como discutido ao longo do trabalho. Por isso, entender a evolução e seus determinantes como apontados pelas teorias institucionalista e das dotações de fatores podem ajudar a entender como num processo econômico evolucionário, e levando-se em consideração as condições específicas da história e geografia de cada região, as

organizações se relacionam para atender ao objetivo comum do lucro que se torna benéfico para todo o sistema ao proporcionar investimentos e empregos para a atividade produtiva.

6. Referências Bibliográficas:

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lajes e o desenvolvimento sul catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1981.

CEAG/SC. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Universitária. 1980.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec. 1990.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1980.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Provincial Presidential Reports (1830 – 1930): Santa Catarina. Presidente da Província / Governador (1830 -1930: vários). Mensagens dos presidentes da província / governadores apresentadas ao Congresso Representativo / Assembléia Legislativa**. Disponível online em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>. Acesso em: 20 fev. 2007.

COASE, Ronald. The Nature of the Firm - In: **The Firm, the Market, and the Law**, Chicago: University of Chicago Press, 1988. Original de 1937.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura. 1982.

DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina 1739/1993**. Florianópolis: 25 de novembro de 1993.

FURTADO, Celso, **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional. 1989.

HABER, S. & KLEIN, Herbert. The economic consequences of Brazilian independence In: **How Latin America fell behind**. Stanford: Stanford Univ. Press. 1997.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB. 1987.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura. 2002.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC. 1978

LIMA, Juliana Daldegan; **Surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880: Um estudo comparativo entre Blumenau e o resto do Brasil**. Florianópolis: UFSC/CSE. 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, n.3, v.27; julho-setembro de 1965.

MATTOS, Fernando Marcondes. **A industrialização catarinense: análise e tendências**. Florianópolis: UFSC. 1968.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**. Campo Grande: UFMS. 1998.

NORTH, Douglass. **Desempeño económico en el transcurso de los años**. Disponível *online* em: www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel. Acesso em 16 dez.2005. 1993.

NORTH, Douglass C.; THOMAS, Robert P. **The rise of the western world: A new economic history**, Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

PAULI, Evaldo. **Hercílio Luz: Governador inconfundível**. Florianópolis: Gov. Estado de Santa Catarina, 1976.

PELLIZETTI, Beatriz. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina**. Blumenau: Casa Dr. Blumenau. 1985.

PELUSO, Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense. 1996. Original de 1942.

RATNER, S; SOLTOW, J; SYLLA, R. **The evolution of the American economy**. New York: Basic Books. 1979.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau.** Blumenau; Florianópolis: FURB/UFSC. 1992.

ROSENBERG, Nathan; BIRDZELL, L.E. **A história da riqueza do ocidente.** Rio de Janeiro: Record. 1986.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar. 1984. Original de 1948.

_____. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural. 1988. Original de 1912.

SILVA, Etienne Luiz. **O desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Porto Alegre: UFRGS. 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo: Nacional. 1977.

SOKOLOFF, Kenneth; ENGERMAN, Stanley Paths of growth among New World economies. In: **How Latin America fell behind.** Stanford: Stanford Univ. Press. 1997.

_____. Institutions, factor endowments, and paths of development in the new world. **Journal of Economics Perspectives.** V.14, n.3, Summer 2000.

VIEIRA FILHO, Ady. **As raízes da industrialização: grupos empresariais – origem e evolução.** Florianópolis: Ed. do autor. 1986.

WILHELM, Michel Ax ; SANSON, João Rogério. O imigrante germânico e o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e Blumenau. **Atualidade Econômica,** Florianópolis, ano 14, n. 41, p. 9-12, 2002.

WILLIAMSON, Oliver. **The economic institutions of capitalism.** New York: Free Press. 1985.